



RELATÓRIO CONTÁBIL DE PROPÓSITO GERAL

2024

Universidade Federal Fluminense



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

REITOR

ANTONIO CLAUDIO LUCAS DA NÓBREGA

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO – PROPLAN

JULIO CESAR ANDRADE DE ABREU

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS – DCF

LUIS FELIPE DA COSTA SANTOS

COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE – CCONT

RAFAEL LINES LESSA

Equipe Técnica:

Diogo Drumond Vargas

Nerivaldo Batista de Santana

Diego Jorge Machado Franco

Diogo Monteiro Alves

Henrique Luiz da Silva Costa

1

Apresentação

Natureza jurídica da entidade e Domicílio da entidade

A Universidade Federal Fluminense (UFF) é uma instituição federal de ensino superior vinculada ao Ministério da Educação (MEC), criada pela Lei nº 3.848, de 18 de dezembro de 1960, instituída conforme a Lei nº 3.958, de 13 de setembro de 1961, e reestruturada nos termos do Decreto nº 62.414, de 15 de março de 1968. Possui autonomia didático-científica, disciplinar, econômica, financeira e patrimonial, caracterizando-se como uma universidade multicampi com sede em Niterói.

Além dos três campi principais (Valonguinho, Gragoatá e Praia Vermelha), que concentram a maioria dos cursos oferecidos pela UFF,

outras unidades se espalham por diversos bairros da cidade (Centro, São Domingos, Santa Rosa e Ingá), integrando-se com a comunidade local e conferindo à cidade um clima universitário que abriga estudantes de diferentes regiões do país (e de outros países), o que contribui para a diversidade cultural da cidade.

Estendendo-se para o interior do estado do Rio de Janeiro, a UFF está presente em oito municípios – Angra dos Reis, Campos dos Goytacazes, Macaé, Nova Friburgo, Petrópolis, Rio das Ostras, Santo Antônio de Pádua e Volta Redonda.

A UFF possui 30 bibliotecas, um prédio de arquivo central, 580 laboratórios, 21 auditórios, um hospital universitário (Hospital Universitário Antônio Pedro – HUAP), uma farmácia universitária e um

hospital veterinário (Hospital Veterinário Professor Firmino Mársico Filho – HUVET). Conta, também, com um núcleo experimental em Iguaba Grande, uma fazenda-escola em Cachoeiras de Macacu e um Campus Avançado na Região Amazônica, em Oriximiná, no estado do Pará, que estende suas ações para os municípios de Óbidos, Juruti, Terra Santa e Faro.

Natureza das operações e principais atividades da entidade

Além de desempenhar as atividades relacionadas ao tripé Ensino-Pesquisa-Extensão, a UFF também fomenta a cultura e o lazer aos cidadãos niteroienses. O prédio da Reitoria, localizado no bairro de Icaraí, que reúne as principais estruturas administrativas da universidade, também é sede de uma

Editora, uma Livraria, do Centro de Artes da UFF, do Cine Arte UFF, de um Teatro, uma Galeria de Artes, um Espaço de Fotografia e tem um gramado frontal onde diversas atividades culturais gratuitas são ofertadas à população: Feiras, Festivais, Atrações Musicais, Oficinas etc. Também conta com a Orquestra Sinfônica Nacional, um Quarteto de Cordas, o Coral da UFF e o grupo Música Antiga da UFF.

Coordenação de Contabilidade – CCONT/DCF

A Coordenação de Contabilidade – CCONT compõe a estrutura do Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF, pertencente à Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN, desempenhando as seguintes atividades:

1. Elaboração do Relatório Contábil de Propósito Geral (Declaração do contador, demonstrações contábeis e notas explicativas) e cooperação na elaboração do Relatório de Gestão;
2. Orientação, análise e acompanhamento contábil das unidades gestoras da Universidade Federal Fluminense;
3. Registro de conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
4. Tratamento e disponibilização de informações gerenciais em apoio ao processo de tomada de decisão para alta administração da Entidade;
5. Setorial de contabilidade da Universidade Federal Fluminense.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e;
- Notas Explicativas.

2 **Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis**

Com base nas premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público e nas normas brasileiras de contabilidade, foram adotados os seguintes critérios e políticas contábeis:

Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem a conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional é o real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber de curto prazo referentes, principalmente, a créditos não tributários e dívida ativa. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo relativos à dívida ativa e outros créditos com expectativa de recebimento superior a 12 meses. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

Ajuste para perdas com créditos inscritos em dívida ativa

A UFF classifica os créditos inscritos em dívida ativa da seguinte forma: I) Devedor; II)

Parcelamento; III) Exigibilidade Suspensa (Processo Judicial). Os créditos classificados como I e II estão registrados em contas de ativo, enquanto os créditos com exigibilidade suspensa estão evidenciados em contas de controle.

Utiliza-se para o cálculo do ajuste para perdas a classificação dos créditos por níveis de riscos decorrentes da expectativa de recuperação, com base na Portaria 293/2017 do Ministério da Fazenda. Os créditos classificados como A ou B apresentam alta ou média perspectiva de recuperação e prazo inferior a 10 anos. O ajuste para perdas é calculado mediante a aplicação do percentual de 30% e 50% para créditos classificados nos níveis (Rating) A e B, respectivamente.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das

quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

As informações da depreciação dos bens móveis da Universidade Federal Fluminense são apuradas pelo sistema desenvolvido internamente – SISAP (Sistema de Administração Patrimonial). O cálculo da depreciação contempla apenas os bens inventariados e cadastrados no SISAP. Atualmente, o sistema conta com uma base inventariada de cerca de 92% do total de bens móveis da universidade. Utiliza-se o método das cotas constantes, com base em tabela contida no manual SIAFI, Macrofunção 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão, definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade - CCONT/SUCON/STN/MF.

Reavaliação, atualização, depreciação de bens imóveis

Os procedimentos para registro da atualização, reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na

Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN, na Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014 e no Manual de Avaliação de Imóveis do Patrimônio da União.

Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Quando um item do ativo imobilizado é reavaliado, a depreciação acumulada até a data da reavaliação deve ser eliminada contra o valor contábil bruto do

ativo, ajustando-se seu valor líquido ao montante reavaliado.

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade do setor público, caso a reavaliação resulte em um aumento no valor contábil da classe do ativo, esse acréscimo deve ser registrado diretamente na conta de reserva de reavaliação.

Se a reavaliação resultar em uma redução no valor contábil da classe do ativo, essa diminuição deverá ser reconhecida no resultado do período. Entretanto, caso haja saldo na reserva de reavaliação, a redução deverá ser primeiramente debitada nessa conta, até o limite disponível, antes de ser reconhecida no resultado.

Atualização

De acordo com a Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação. Essas atualizações serão processadas mediante aplicação de variação percentual da PVG – Planta de Valores Genérica – vinculada ao respectivo imóvel, ao valor do terreno e do CUB – Custo Unitário Básico – ao

valor contábil líquido da aquisição. Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a

pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Intangível

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos. Na UFF, compreendem os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, reduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é

permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos, ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/ Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as

receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro consiste no confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da Universidade Federal Fluminense.

3 Demonstrações Contábeis

BP – Balanço patrimonial

ATIVO	2024	2023
ATIVO CIRCULANTE	R\$187.635.487	R\$212.293.234
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4.1)	R\$161.546.865	R\$186.349.427
Créditos a Curto Prazo (Nota 4.2)	R\$24.735.771	R\$24.709.902
Clientes	R\$1.662.229	
Dívida Ativa Não Tributária	R\$15.173	R\$24.556
Demais Créditos e Valores	R\$23.058.369	R\$25.887.050
Demais Créditos e Valores	R\$24.776.128	-
(-) Ajuste para Perdas Demais Créditos Curto Prazo	(R\$1.717.759)	(R\$1.201.704)
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
Estoques (Nota 4.3)	R\$1.352.851	R\$1.233.905
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-

ATIVO	2024	2023
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$2.396.473.807	R\$2.188.943.710
Ativo Realizável a Longo Prazo	R\$2.837.930	R\$2.895.469
Dívida Ativa Não Tributária (Nota 4.4)	R\$2.837.930	R\$2.895.469
Dívida Ativa Não Tributária	R\$3.845.633	R\$4.140.055
(-) Ajuste p Perdas Dívida Ativa Não Tributária	(R\$1.007.703)	(R\$1.244.586)
Investimentos	-	-
Imobilizado (Nota 4.5)	R\$2.385.034.784	R\$2.178.247.776
Bens Móveis	R\$388.619.472	R\$368.025.404
Bens Móveis	R\$442.362.592	R\$411.644.053
(-) Depreciação Acum. de Bens Móveis	(R\$53.743.120)	(R\$43.618.649)
Bens Imóveis	R\$1.996.415.312	R\$1.810.222.372
Bens Imóveis	R\$1.996.867.983	R\$1.811.870.353
(-) Depr. Acum. de Bens Imóveis	(R\$452.670)	(R\$1.647.981)
(-) Redução ao Valor Recuperável Bens Imóveis	-	-
Intangível (Nota 4.6)	R\$8.601.093	R\$7.800.465
TOTAL DO ATIVO	R\$2.584.109.293	R\$2.401.236.944

BP – Balanço patrimonial – R\$

PASSIVO	2024	2023
PASSIVO CIRCULANTE	R\$525.304.215	R\$453.793.550
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	R\$134.680.630	R\$141.242.070
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$14.759.753	R\$2.075.217
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	R\$375.863.832	R\$310.476.263

PASSIVO	2024	2023
PASSIVO NÃO CIRCULANTE (Nota 4.7)	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$2.058.805.078	R\$1.947.443.393
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Reservas de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	-	-
Demais Reservas	R\$456.021.626	R\$474.324.936
Resultados Acumulados	R\$1.602.783.451	R\$1.473.118.457
Resultado do Exercício	R\$128.980.054	(R\$80.294.574)
Resultados de Exercícios Anteriores	R\$1.473.118.457	R\$1.553.493.413
Ajustes de Exercícios Anteriores	R\$684.940	(R\$80.382)
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$2.584.109.293	R\$2.401.236.944

Anexo ao Balanço patrimonial – Quadro de Compensações

Ativo		
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2024	2023
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	R\$117.245.233	R\$97.835.465
Atos Potenciais Ativos	R\$117.245.233	R\$97.835.465
Garantias e Contragarantias Recebidas	R\$17.830.043	R\$15.546.811
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	R\$83.933.141	R\$69.632.806
Direitos Contratuais	R\$15.482.049	R\$12.655.847
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-
TOTAL	R\$117.245.233	R\$97.835.465
Passivo		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2024	2023
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	R\$536.916.258	R\$461.883.853
Atos Potenciais Passivos	R\$536.916.258	R\$461.883.853
Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Obrigações Contratuais	R\$536.916.258	R\$461.883.853
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	R\$536.916.258	R\$461.883.853

Anexo ao Balanço patrimonial – Quadro de Ativos e passivos Financeiros e Permanentes

ATIVO	2024	2023
ATIVO FINANCEIRO	R\$161.546.865	R\$186.349.427
ATIVO PERMANENTE	R\$2.422.562.429	R\$2.214.887.517
PASSIVO	2024	2023
PASSIVO FINANCEIRO	R\$280.166.997	R\$284.490.557
PASSIVO PERMANENTE	R\$313.498.726	R\$270.719.883
SALDO PATRIMONIAL	R\$1.990.443.571	R\$1.846.026.504

Anexo ao Balanço patrimonial – Demonstrativo de Superavit/Deficit Financeiro apurado no Balanço patrimonial

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPRAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	(R\$71.592.394)
Recursos Vinculados	(R\$47.027.738)
Educação	(R\$666.959)
Seguridade Social (Exceto Previdência)	(R\$1.961.176)
Previdência Social (RPPS)	(R\$43.325.793)
Dívida Pública	(R\$157.782)
Fundos, Órgãos e Programas	(R\$916.028)
TOTAL	(R\$118.620.132)

DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	2024	2023
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	R\$3.567.448.620	R\$3.174.596.304
Tributos e Contribuições em Geral	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	R\$27.481.726	R\$31.934.995
Venda de Mercadorias	R\$107.535	R\$155.327
Vendas de Produtos	R\$38.321	R\$36.638
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	R\$27.335.870	R\$31.743.029
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	R\$1.413	R\$1.512
Juros e Encargos de Mora	R\$1.413	R\$1.512
Transferências e Delegações Recebidas	R\$3.185.629.324	R\$3.036.538.121
Transferências Intragovernamentais	R\$3.150.148.286	R\$3.010.094.699
Outras Transferências e Delegações Recebidas	R\$35.481.038	R\$26.443.421
Valorização e Ganhos Ativos e Desincorporação Passivos	R\$350.964.881	R\$83.153.268
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	R\$266.105.980	R\$11.200.014
Ganhos com Desincorporação de Passivos (Nota 4.11)	R\$84.858.901	R\$71.953.254
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$3.371.275	R\$22.968.408
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	R\$237.431	R\$2.879.222
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$3.133.845	R\$20.089.186
	R\$3.567.448.620	R\$3.174.596.304

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	2024	2023
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	R\$3.438.468.567	R\$3.254.890.878
Pessoal e Encargos	R\$1.474.185.821	R\$1.375.540.884
Remuneração a Pessoal	R\$1.126.143.178	R\$1.065.422.312
Encargos Patronais	R\$258.080.431	R\$247.089.930
Benefícios a Pessoal	R\$89.725.259	R\$62.731.034
Outras Var. Patr. Diminutivas – Pessoal e Encargos	R\$236.953	R\$297.608
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	R\$957.039.513	R\$924.794.078
Aposentadorias e Reformas	R\$765.735.972	R\$742.613.828
Pensões	R\$175.479.163	R\$170.781.834
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	R\$15.824.378	R\$11.398.416
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	R\$281.816.298	R\$255.998.028
Uso de Material de Consumo	R\$11.641.896	R\$14.443.970
Serviços	R\$259.669.727	R\$232.941.753
Depreciação, Amortização e Exaustão	R\$10.504.674	R\$8.612.306
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	R\$713.321	R\$451.733
Juros e Encargos de Mora	R\$562.480	R\$202.455
Descontos Financeiros Concedidos	R\$150.841	R\$249.278
Transferências e Delegações Concedidas	R\$459.535.089	R\$454.112.754

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	2024	2023
Transferências Intragovernamentais	R\$446.731.494	R\$439.464.628
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	R\$102.552	R\$122.583
Transferências ao Exterior	R\$41.644	R\$26.761
Outras Transferências e Delegações Concedidas	R\$12.659.398	R\$14.498.782
Desvalorização Perda de Ativos e Incorporação Passivos	R\$202.742.337	R\$185.184.115
Reavaliação, Redução Vr.Recuperável e Ajustes Perdas (Nota 4.10)	R\$56.977.495	R\$1819.048
Perdas Involuntárias	R\$3.353.192	R\$9.000
Incorporação de Passivos	R\$127.632.892	R\$92.745.135
Desincorporação de Ativos	R\$14.778.759	R\$90.610.932
Tributárias	R\$398.682	R\$617.624
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$1.174	R\$4.572
Contribuições	R\$397.508	R\$613.052
Custo – Mercadorias, Produtos e Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$62.037.506	R\$58.191.661
Incentivos	R\$61.990.121	R\$58.187.001
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$47.384	R\$4.660
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (Nota 4.14)	R\$128.980.054	(R\$80.294.574)

Bo – Balanço Orçamentário – Receitas

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	R\$25.265.004	R\$25.265.004	R\$27.538.277	R\$2.273.273
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	R\$2.430.353	R\$2.430.353	R\$1.905.131	(R\$525.222)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	R\$2.430.353	R\$2.430.353	R\$1.905.131	(R\$525.222)
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	R\$34.043	R\$34.043	R\$38.321	R\$4.278
Receitas de Serviços	R\$22.757.847	R\$22.757.847	R\$25.381.970	R\$2.624.123
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	R\$42.761	R\$42.761	R\$212.855	R\$170.094
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	R\$6.539	R\$6.539	R\$212.855	R\$206.316
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	R\$36.222	R\$36.222	-	(R\$36.222)
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	R\$25.265.004	R\$25.265.004	R\$27.538.277	R\$2.273.273
DEFICIT			R\$2.729.916.057	R\$2.729.916.057
TOTAL	R\$25.265.004	R\$25.265.004	R\$2.757.454.334	R\$2.732.189.330
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	R\$114.092.159	-	(R\$114.092.159)
Superavit Financeiro	-	R\$4.084.376	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	R\$110.007.783	-	-

BO – Balanço Orçamentário – Despesas

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	R\$2.587.154.671	R\$2.702.487.906	R\$2.746.120.898	R\$2.709.590.861	R\$2.498.315.792	(R\$43.632.992)
Pessoal e Encargos Sociais	R\$2.306.420.541	R\$2.360.748.156	R\$2.322.207.293	R\$2.321.996.672	R\$2.138.439.602	R\$38.540.863
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	R\$280.734.130	R\$341.739.750	R\$423.913.605	R\$387.594.189	R\$359.876.189	(R\$82.173.855)
DESPESAS DE CAPITAL	R\$12.167.476	R\$10.926.400	R\$11.333.436	R\$3.515.410	R\$3.484.930	(R\$407.036)
Investimentos	R\$12.167.476	R\$10.926.400	R\$11.333.436	R\$3.515.410	R\$3.484.930	(R\$407.036)
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	R\$2.599.322.147	R\$2.713.414.306	R\$2.757.454.334	R\$2.713.106.271	R\$2.501.800.722	(R\$44.040.028)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	R\$2.599.322.147	R\$2.713.414.306	R\$2.757.454.334	R\$2.713.106.271	R\$2.501.800.722	(R\$44.040.028)
TOTAL	R\$2.599.322.147	R\$2.713.414.306	R\$2.757.454.334	R\$2.713.106.271	R\$2.501.800.722	(R\$44.040.028)

Anexo 1 ao Balanço Orçamentário – Demonstrativo da Execução de Restor a Pagar Não Processados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	R\$7.964.444	R\$58.116.259	R\$56.082.209	R\$55.845.997	R\$2.138.074	R\$8.096.632
Pessoal e Encargos Sociais	R\$146.189	R\$408.688	R\$91.852	R\$91.852	R\$160.499	R\$302.526
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	R\$7.818.255	R\$57.707.571	R\$55.990.357	R\$55.754.145	R\$1.977.575	R\$7.794.105
DESPESAS DE CAPITAL	R\$18.216.613	R\$17.119.574	R\$18.530.745	R\$18.332.407	R\$652.418	R\$16.351.362
Investimentos	R\$18.216.613	R\$17.119.574	R\$18.530.745	R\$18.332.407	R\$652.418	R\$16.351.362
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	26.181.057,27	75.235.832,54	74.612.953,77	74.178.404,12	2.790.492,03	24.447.993,66

Anexo 2 ao Balanço Orçamentário – Demonstrativo da Execução de Restor a Pagar Processados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	R\$182.890.425	R\$182.885.686	R\$4.739	R\$0
Pessoal e Encargos Sociais	-	R\$171.626.253	R\$171.626.253	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	R\$11.264.172	R\$11.259.433	R\$4.739	R\$0
DESPESAS DE CAPITAL	-	R\$117.860	R\$117.747	R\$113	-
Investimentos	-	R\$117.860	R\$117.747	R\$113	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	183.008.285	183.003.433	4.851	-

BF – Balanço Financeiro

INGRESSOS	2024	2023
Receitas Orçamentárias	R\$27.538.277	R\$49.716.900
Ordinárias	-	-
Vinculadas	R\$28.485.079	R\$51.941.099
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	R\$28.468.292	R\$51.941.099
Recursos Não Classificados	R\$16.786	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	(R\$946.802)	(R\$2.224.199)
Transferências Financeiras Recebidas	R\$3.150.148.286	R\$3.009.401.170
Resultantes da Execução Orçamentária	R\$2.976.929.911	R\$2.834.864.119
Repasse Recebido	R\$2.630.553.510	R\$2.478.765.182
Sub-repasse Recebido	R\$346.376.402	R\$356.098.937
Independentes da Execução Orçamentária	R\$173.218.375	R\$174.537.050
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	R\$144.512.645	R\$168.695.808
Demais Transferências Recebidas	R\$2.172	R\$1.726
Movimentação de Saldos Patrimoniais	R\$28.703.558	R\$5.839.516
Recebimentos Extraorçamentários	R\$260.391.859	R\$262.172.848
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	R\$211.305.549	R\$182.314.034
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	R\$44.348.063	R\$75.235.833
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$1.513.328	R\$1.414.654
Outros Recebimentos Extraorçamentários	R\$3.224.919	R\$3.208.327
Saldo do Exercício Anterior	R\$186.349.427	R\$184.020.905
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$186.349.427	R\$184.020.905
TOTAL	R\$3.624.427.849	R\$3.505.311.822

DISPÊNDIOS	2024	2023
Despesas Orçamentárias	R\$2.757.454.334	R\$2.608.521.861
Ordinárias	R\$2.118.505.591	R\$1.675.817.264
Vinculadas	R\$638.948.743	R\$932.704.597
Educação	R\$8.981.082	R\$110.814
Seguridade Social (Exceto Previdência)	R\$12.447.278	R\$1.134.643
Previdência Social (RPPS)	R\$573.287.191	R\$823.116.917
Dívida Pública		R\$61.058.504
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	R\$44.233.192	R\$47.283.720
Transferências Financeiras Concedidas	R\$446.724.020	R\$439.456.837
Resultantes da Execução Orçamentária	R\$346.694.645	R\$356.188.692
Repasse Concedido	R\$104.523	R\$89.755
Sub-repasse Concedido	R\$346.376.402	R\$356.098.937
Repasse Devolvido	R\$213.720	
Independentes da Execução Orçamentária	R\$100.029.375	R\$83.268.145
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	R\$96.392.910	R\$79.795.582
Movimento de Saldos Patrimoniais	R\$3.636.465	R\$3.472.562
Pagamentos Extraorçamentários	R\$258.702.631	R\$270.983.697
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	R\$183.003.433	R\$151.479.247
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	R\$74.178.404	R\$118.085.332
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$1.513.319	R\$1.418.446
Outros Pagamentos Extraorçamentários	R\$7.475	R\$672
Saldo para o Exercício Seguinte	R\$161.546.865	R\$186.349.427
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$161.546.865	R\$186.349.427
TOTAL	R\$3.624.427.849	R\$3.505.311.822

DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(R\$2.867.478)	R\$48.467.761
INGRESSOS	R\$3.182.424.810	R\$3.063.741.051
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	R\$1.905.131	R\$2.162.929
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	R\$38.321	R\$36.638
Receita de Serviços	R\$25.381.970	R\$29.485.526
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	R\$212.855	R\$31.807
Transferências Recebidas	-	R\$18.000.000
Intergovernamentais	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	R\$18.000.000
Outros Ingressos Operacionais	R\$3.154.886.533	R\$3.014.024.151
Ingressos Extraorçamentários	R\$1.513.328	R\$1.414.654
Transferências Financeiras Recebidas	R\$3.150.148.286	R\$3.009.401.170
Arrecadação de Outra Unidade	R\$3.224.919	R\$2.522.589
Demais Recebimentos		R\$685.739

	2024	2023
DESEMBOLSOS	(R\$3.185.292.288)	(R\$3.015.273.289)
Pessoal e Demais Despesas	(R\$2.483.547.913)	(R\$2.331.205.597)
Administração	(R\$1.881.225)	(R\$13.169.309)
Defesa Nacional	(R\$414.132)	(R\$800.779)
Segurança Pública	-	(R\$2.946)
Relações Exteriores	-	(R\$104.400)
Assistência Social	(R\$4.191.340)	-
Previdência Social	(R\$882.187.654)	(R\$856.405.975)
Saúde	(R\$4.377.376)	(R\$4.928.723)
Trabalho	(R\$9.400.000)	-
Educação	(R\$1.541.920.374)	(R\$1.405.351.736)
Cultura	(R\$18.735)	(R\$1.550.000)
Direitos da Cidadania	(R\$25.191.533)	(R\$1.928.000)
Agricultura	-	(R\$13.000.000)
Organização Agrária	(R\$11.621.015)	(R\$22.350.276)
Comércio e Serviços	(R\$638.384)	(R\$2.179.747)
Desporto e Lazer	(R\$1.500.000)	(R\$9.212.930)
Encargos Especiais	(R\$206.145)	(R\$220.776)
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-

	2024	2023
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	(R\$253.499.561)	(R\$243.191.737)
Intergovernamentais	-	-
Intragovernamentais	(R\$253.355.365)	(R\$243.043.957)
Outras Transferências Concedidas	(R\$144.197)	(R\$147.781)
Outros Desembolsos Operacionais	(R\$448.244.814)	(R\$440.875.955)
Dispêndios Extraorçamentários	(R\$1.513.319)	(R\$1.418.446)
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		(R\$672)
Transferências Financeiras Concedidas	(R\$446.724.020)	(R\$439.456.837)
Demais Pagamentos	(R\$7.475)	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(R\$21.935.084)	(R\$46.139.239)
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-

	2024	2023
DESEMBOLSOS	(R\$21.935.084)	(R\$46.139.239)
Aquisição de Ativo Não Circulante	(R\$21.917.223)	(R\$46.109.908)
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	(R\$17.861)	(R\$29.332)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(R\$24.802.562)	R\$2.328.522
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	R\$186.349.427	R\$184.020.905
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	R\$161.546.865	R\$186.349.427

4

Notas Explicativas

4.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

O item "Caixa e Equivalentes de Caixa" abrange os valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, além de recursos equivalentes que representam fundos de livre movimentação para as operações da entidade, sem restrições para uso imediato.

Essa conta inclui recursos aplicados na Conta Única, cauções recebidas em outras contas e fundos disponíveis destinados ao cumprimento das obrigações relacionadas à execução do orçamento da universidade. Adicionalmente, contempla transferências financeiras recebidas para o desenvolvimento de estudos e projetos decorrentes de acordos firmados com outros órgãos.

Quadro I – Caixas e Equivalentes de Caixa – R\$

Caixa e Equivalentes de Caixa	dez/24	dez/23
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	65.391	65.383
LIMITE DE SAQUE COM VINC. DE PAGTO - OFSS	161.481.474	186.284.044
	161.546.865	186.349.427



4.2. Créditos a Receber

Os créditos a receber registrados no ativo circulante da Universidade Federal Fluminense consistem, principalmente, em devoluções de valores ao Erário, reembolsos referentes à remuneração de pessoal cedido para atuação em outros órgãos, e valores de dívida ativa de curto prazo, cuja expectativa de recebimento não ultrapassa o término do exercício subsequente. Além disso, incluem receitas provenientes da cessão de áreas públicas por meio de permissões de uso de espaços da universidade, parcelamentos de dívidas, adiantamentos e apropriações realizadas com base no regime de competência.



Quadro II – Créditos a Receber de Curto Prazo – R\$

Créditos a Receber de Curto prazo	dez/24	dez/23
Faturas/Dupl a receber – Prestação de serviços	1.662.229,23	-
Dívida ativa não tributária – Consolidação	15.172,86	24.556,15
13º salário – Adiantamento	-	-
Adiantamento de férias	-	-
Adiantamento concedido – Suprimento de fundos	-	-
Valores a receber por devolução de despesas estornadas	-	-
Saques por cartão de pagamento a classificar	-	-
Créditos a receber por cessão de pessoal	487.992,89	402.417,93
Créditos a receber por cessão de áreas públicas	247.568,26	258.008,55
Créditos a receber de acerto financeiro	2.533.134,98	2.061.911,96
Créditos a receber decorrentes de folha de pagamento	21.441.268,76	21.761.116,90
Créditos parcelados	66.163,32	48.573,59
Outros créditos a receber a curto prazo	-	1.355.020,86
Valor Contábil Bruto	26.453.530,30	25.911.605,94
Ajuste para perdas – Subgrupo 113	(1.717.759)	(1.201.704)
Valor Contábil Líquido	24.735.771,01	24.709.902,01

4.2.1. Faturas a Receber

A conta de duplicatas a receber de clientes inclui valores decorrentes de contratos firmados pela Universidade Federal Fluminense (UFF) com as Prefeituras Municipais de Maricá e Niterói, visando atender a demandas específicas e contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a qualificação profissional.

No Município de Maricá, através do Processo 23069.002196/2022-00, que envolve a **organização e operacionalização do curso de formação profissional para a Guarda Municipal local, buscando capacitar os agentes municipais**, aprimorando suas competências e contribuindo para o fortalecimento da segurança pública na região. Além disso, o contrato referente ao Processo 23069.153507/2024-51 abrange a **prestação de serviços especializados para o planejamento, organização e execução de concurso público, destinado à seleção de candidatos para cargos de nível médio e superior, atendendo às necessidades de recursos humanos do município**.

Por sua vez, no Município de Niterói, foram firmados dois contratos: a) Processo 23069.179457/2022-71 - **trata da implementação do sistema de gestão da qualidade (ISO 9001), com o objetivo de aprimorar os processos administrativos e operacionais da prefeitura, assegurando maior eficiência e qualidade nos serviços públicos**; e b) Processo 23069.181638/2023-48 - **envolve o planejamento, organização e execução de serviços relacionados à realização de concurso público, conforme contrato nº 13/2023, em parceria com a Secretaria Municipal de Fazenda. Essa iniciativa visa selecionar profissionais qualificados para cargos estratégicos, fortalecendo a capacidade administrativa e fiscal do município**.

Essas parcerias reforçam o compromisso da UFF em contribuir com a administração pública municipal, por meio de soluções inovadoras e eficazes, e reafirmam sua relevância enquanto instituição pública voltada ao desenvolvimento regional e nacional.

Os saldos a receber registrados na conta decorrem da execução dos serviços contratados, cujos pagamentos ainda estão pendentes pelas prefeituras contratantes. A UFF mantém controle e monitoramento desses créditos, adotando medidas administrativas e jurídicas, se necessário, para assegurar a recuperação dos valores devidos.

No exercício de 2023, esses créditos estavam registrados na conta "Outros Créditos a Receber de Curto Prazo". Contudo, no exercício de 2024, houve uma reclassificação desses créditos, com o objetivo de proporcionar maior detalhamento e especificidade, evitando classificações genéricas.

4.2.2. Dívida Ativa Não Tributária de Curto Prazo

Os créditos inscritos em dívida ativa não tributária com expectativa de recebimento até o fim do exercício subsequente são registrados no ativo circulante. Essa expectativa se fundamenta em acordos de parcelamentos firmados pelo devedor com a Procuradoria da Fazenda Nacional. As parcelas com vencimento até 31 de dezembro de 2025 foram classificadas como de curto prazo e as restantes contabilizadas como realizáveis a longo prazo.

No decorrer do exercício foi realizada a transferência de um parcelamento de curto para longo prazo em razão de descumprimento de acordo de parcelamento pelo devedor referente a processo judicial realizados pela Procuradoria Federal – Advocacia Geral da União.

Por outro lado, o exercício de 2024 apresentou melhor recuperação de créditos, que totalizou R\$24.840, através de parcelamento. No ano anterior, o total recebido por parcelamento foi R\$14.059.

4.2.3. Décimo Terceiro Salário, Férias e Demais

Adiantamentos

Os desembolsos relacionados ao 13º salário e às férias pagos aos servidores da Universidade Federal Fluminense concentram-se, majoritariamente, nos meses de janeiro e julho. Contudo, de acordo com o princípio contábil da competência, esses pagamentos não são atribuídos necessariamente ao mês em que ocorre a saída financeira dos recursos. Em conformidade com esse regime, tais desembolsos são registrados inicialmente como antecipações no ativo, sendo apropriados ao resultado de forma mensal, até o pleno reconhecimento da despesa. No mês de dezembro, todo o saldo referente aos adiantamentos de 13º salário, férias e suprimentos de fundos é integralmente apropriado ao resultado do exercício, em observância à competência das despesas.

4.2.4. Créditos a Receber por Cessão de Pessoal

Os créditos a receber por cessão de pessoal estão diretamente relacionados ao reembolso de despesas com servidores cedidos pela Universidade Federal Fluminense (UFF) a outros órgãos e entidades. De acordo com a **Instrução Normativa Conjunta PROPLAN/PROGEPE nº 06, de 28 de junho de 2022**, os órgãos ou entidades cessionárias são responsáveis pelo reembolso integral dos valores pagos pela UFF aos servidores cedidos, incluindo remunerações, tributos e encargos trabalhistas. Essa normativa garante que o ônus financeiro recaia sobre os órgãos beneficiados pelo trabalho dos servidores.

Além disso, a instrução estabelece procedimentos rigorosos para lidar com inadimplências por parte das entidades cessionárias. Em casos de atraso no pagamento, o Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF) realiza cobranças administrativas e, se necessário, encaminha os casos para cobrança judicial. Persistindo a inadimplência, novas cessões podem ser indeferidas, e os servidores cedidos podem ser requisitados a retornar às suas atividades na UFF.

Essa regulamentação reforça a transparência e a gestão responsável dos recursos públicos, assegurando que os pagamentos efetuados pela UFF sejam devidamente restituídos pelas entidades cessionárias.

No encerramento de 2024, o saldo dessa conta apresentou uma variação de 21,28% em relação ao final do exercício de 2023, passando de R\$ 402.417,93 para R\$ 487.992,89. Essa movimentação resulta do registro dos créditos pelo regime de competência e da baixa realizada no momento dos pagamentos. A elevação do saldo de alguns devedores, contudo, indica que parte dos créditos apropriados ainda não havia sido quitados até o fechamento de dezembro.

O gerenciamento dos créditos a receber é feito pelo Departamento de Contabilidade e Finanças, que realiza a cobrança, acompanha os recebimentos e informa ao Departamento de Administração de Pessoal eventuais inadimplências, para que seja requerido o retorno do servidor cedido e interrompida a cessão, conforme Instrução Normativa Conjunta PROPLAN/PROGEPE nº 06, de 28 de junho de 2022.

Quadro III – Saldo da conta de Créditos a Receber por Cessão de Pessoal – R\$

CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL	dez/24	dez/23
00395988001298	-	26.783
01409655000180	63.362	23.232
01614414000173	7.398	11.373
11308894000106	12.598	12.273
18338178000102	11.531	29.039
28521748000159	88.393	103.975
29116894000161	79.165	15.990
29138336000105	28.717	30.341
30449862000167	80.081	64.642
32556060000181	98.460	37.815
33657248000189	18.284	46.949
Total	487.992	402.417

4.2.5. Créditos a Receber decorrentes por reposição ao Erário via folha de pagamento

A reposição ao erário por meio de desconto em folha de pagamento ocorre quando servidores públicos devem restituir valores indevidamente recebidos ou resultantes de danos ao patrimônio público. Esse procedimento está fundamentado na legislação vigente, incluindo a **Lei nº 8.112/90**, que regula situações como acúmulo indevido de cargos ou outras ocorrências que gerem a exigência de devolução ao erário.

Este item representa os débitos apurados pela administração pública decorrentes, por exemplo, de acúmulo indevido de cargos ou outros procedimentos que resultem na necessidade de restituição de valores por meio de desconto direto na folha de pagamento. Uma vez que o débito do servidor é descontado mensalmente de sua remuneração, esses créditos a receber apresentam alta expectativa de recuperabilidade. Por essa razão, não se espera a ocorrência de perdas significativas por insolvência.

O desconto em folha é realizado em conformidade com os critérios legais, respeitando os limites estabelecidos para retenções salariais e garantindo a proporcionalidade em relação à capacidade financeira do servidor. Além disso, o monitoramento das reposições é essencial para assegurar a integridade dos recursos públicos, reforçando a eficiência e a transparência na gestão administrativa.

4.2.6. Créditos a Receber decorrentes reposição ao erário cujos devedores não possuem vínculo atual com a entidade pública

Os créditos a receber decorrentes da reposição ao erário quando não há mais vínculo que possibilite o desconto em folha representa uma situação de difícil recuperação para a administração pública federal, sobretudo nos valores *pro rata* indevidamente pagos a servidores falecidos. Estes valores resultam de pagamentos feitos após o óbito do servidor, cujos registros sobre a morte só chegaram ao Departamento de Administração de Pessoal após o fechamento da folha de pagamento, ocasionando o desembolso em parte indevido.

Dentre esses créditos, 88% referem-se a remunerações pagas após o falecimento, configurando um erro administrativo que, apesar de ser

identificado, representa um grande desafio para a recuperação dos valores pagos erroneamente. O processo de reaver esses valores é extremamente complexo, pois envolve a tentativa de reembolso de quantias muitas vezes distribuídas entre herdeiros ou outros beneficiários, os quais podem não ter ciência da origem dos créditos ou resistir ao processo de devolução.

Esse tipo de crédito possui um grau de perda elevado devido à dificuldade em localizar as pessoas responsáveis pelo reembolso, ou pela impossibilidade de efetuar a restituição integral dos valores, considerando que, em muitos casos, os valores já foram utilizados ou estão fora do alcance da administração pública. Além disso, as questões jurídicas e burocráticas envolvidas tornam o processo mais demorado e, muitas vezes, infrutífero. Assim, esses créditos representam uma significativa perda para os cofres públicos, demandando estratégias mais eficazes de controle e verificação nos pagamentos realizados, a fim de evitar que esse tipo de erro se repita no futuro.

4.2.7. Crédito por Cessão de Áreas Públicas (Permissão de Uso)

A permissão de uso é um instrumento jurídico que permite a utilização de bens públicos, como áreas e espaços, por particulares ou entidades, geralmente mediante o pagamento de uma contrapartida financeira. No caso da administração pública, essa modalidade de concessão tem como objetivo garantir o uso eficiente e adequado dos bens públicos, ao mesmo tempo em que gera receita para o ente público. A permissão de uso é comumente aplicada para atividades comerciais em áreas públicas, como estabelecimentos de alimentação, agências bancárias, caixas eletrônicos e outros serviços que atendem à população. Ela estabelece uma relação

temporária, onde o particular paga uma quantia periódica, frequentemente na forma de aluguel, pelo direito de explorar comercialmente o espaço.

Ao analisar a movimentação da conta Créditos a Receber por Cessão de Áreas Públicas, nota-se que o saldo total de créditos em Dezembro de 2024 foi de R\$ 247.568, enquanto em Dezembro de 2023 o saldo foi de R\$ 258.009, representando uma diminuição de R\$ 10.441 (aproximadamente 4%). Essa redução pode ser atribuída ao pagamento de valores devidos, ajustes nas permissões ou renegociações de parcelamentos. A movimentação da conta reflete tanto os pagamentos realizados pelos devedores quanto possíveis alterações no número de permissões de uso ou nos valores cobrados.

No entanto, é importante observar que a receita total de aluguel gerada pelas permissões de uso teve uma leve redução neste ano. Em 2024, a receita de aluguel foi de R\$ 2.043.912,87, enquanto em 2023 havia sido de R\$ 2.135.545,00. A diminuição de aproximadamente R\$ 91.632,13 (cerca de 4,29%) pode estar relacionada a uma queda no número de permissões ativas, reajustes no valor do aluguel ou a possíveis inadimplências que afetaram a arrecadação. Embora a variação não seja muito significativa, ela indica uma leve desaceleração na geração de receita proveniente do aluguel das áreas públicas.

A gestão da conta e o acompanhamento contínuo da receita de aluguel são fundamentais para a administração pública. A análise detalhada da movimentação e dos saldos permite identificar tendências e áreas que podem precisar de ajustes nas políticas de cobrança. O controle eficaz desses recursos assegura a sustentabilidade financeira, possibilitando o a atuação tempestiva da administração e a manutenção da qualidade dos serviços públicos.

4.2.8. Créditos Parcelados

Os créditos parcelados referem-se a acordos firmados entre a administração pública e o devedor, com o objetivo de viabilizar o pagamento de dívidas de forma parcelada. Todos os créditos com parcelamento ativo originam-se da cessão de áreas públicas, sendo uma ferramenta utilizada pela administração para recuperar recursos não pagos, antes de adotar medidas mais drásticas de cobrança, como ações judiciais e a inscrição no Cadin.

4.2.9. Perda Estimada em Créditos de Curto Prazo

O ajuste para perdas relacionado aos créditos a receber de curto prazo é um instrumento fundamental para garantir que os valores registrados no balanço patrimonial reflitam de forma adequada as expectativas de recuperação de créditos. O cálculo da perda estimada referente aos créditos a receber classificados no ativo circulante foi realizado considerando a média de recebimento dos últimos três exercícios (2022, 2023 e 2024), em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Essa metodologia assegura a observância das normas vigentes e promove a transparência e a fidedignidade das informações contábeis.

Em relação aos créditos por cessão de pessoal, verificou-se uma redução de R\$ 547,87 no saldo de perdas estimadas, que passou de R\$ (70.678,98) em 2023 para R\$ (70.131,11) em 2024. Esse movimento reflete ajustes realizados em conformidade com as estimativas de perdas aplicáveis.

Na conta de cessão de áreas públicas, observou-se um acréscimo de R\$ 34.324,02, alterando o saldo de R\$ (5.932,71) em 2023 para R\$ (40.256,73) em 2024. Esse aumento decorre de uma revisão das estimativas de perdas, compreendendo um período maior e mais estável de base para cálculo da

média de recebimento, ajustando-se à variação das expectativas de recuperação de créditos.

A perda estimada dos créditos a receber decorrentes de reposições ao erário, cujos devedores não possuem vínculo atual com a entidade pública, apresentou a maior variação entre as contas analisadas. O saldo retificador aumentou de R\$ (1.125.092,24) em 2023 para R\$ (1.607.371,45) em 2024, representando um acréscimo significativo de R\$ 482.279,21. Esse aumento foi ocasionado pela elevação do saldo base da conta retificada, que impactou diretamente a aplicação do percentual médio utilizado no cálculo das perdas estimadas.

No encerramento do exercício, a referida conta de reposição apresentou um saldo total de **R\$ 2.533.134,00**, distribuído conforme as seguintes origens:

- Crédito decorrente de exoneração: R\$ 140.000,00
- Crédito pós-óbito: R\$ 2.141.875,63
- Crédito decorrente de licença que resultaram em necessidade de restituição: R\$ 251.259,35

Assim como os outros créditos de curto prazo, o cálculo das perdas estimadas foi realizado seguindo o método de média de recebimento dos últimos três exercícios, em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Essa abordagem assegura que as projeções de perdas sejam fundamentadas em dados históricos, garantindo a consistência e a adequação às práticas contábeis vigentes.

Em síntese, as variações nos saldos das contas evidenciam a necessidade de ajustes contábeis regulares para refletir a realidade financeira e patrimonial. Tais movimentações reforçam a importância de metodologias consistentes

e embasadas na legislação vigente, assegurando a integridade das demonstrações contábeis no setor público.

4.3. Estoque

Estoques compreendem ativos na forma de materiais ou suprimentos a serem utilizados no processo de produção ou na prestação de serviços e mantidos para venda, distribuição ou uso no curso normal das operações.

Quadro IV – Estoque de Livros – R\$

Mês/Ano	Entradas			Saídas				Saldo
	Consignação (R\$)	Produção (R\$)	Ajuste de Inventário (R\$)	Saídas por Vendas (R\$)	Cota de Autor/Doação (R\$)	Saídas por Consignação (R\$)	Baixa por Alienação (R\$)	
Saldo Inicial								1.233.905
jan-24				6.356		3.072		1.224.477
fev-24				16.431	1.620	440		1.205.986
mar-24	-	87.400	-	5.727	4.589	5.268	-	1.277.802
abr-24	2.773	12.000	-	15.040	14.935	-	-	1.262.600
mai-24	3.487	93.184	-	23.612	14.935	-	-	1.320.724
jun-24	808	20.000	-	13.664	2.834	-	-	1.325.034
jul-24	5.118	26.970	-	18.529	2.670	9.864	-	1.326.059
ago-24	6.542	82.480	-	18.748	2.670	15.535	7.548	1.370.580
set-24	2.200	13.000	-	20.719	3.000	16.178	-	1.345.883
out-24	6.110	-	-	21.384	12.534	5.710	-	1.312.365
nov-24	8.322	8.850	-	15.360	32.850	488	-	1.280.839
dez-24	-	13.600	99.831	7.109	34.310	-	-	1.352.851
Saldo Final								1.352.851

Os estoques são mensurados com base no valor de aquisição, produção, construção ou valor realizável líquido, dos dois o menor.

O estoque da Universidade Federal Fluminense é composto por: mercadorias para venda e revenda, representado por livros adquiridos e produzidos pela Editora Universitária da UFF (EDUFF) e comercializados em conformidade com o objetivo da editora: divulgar e distribuir o conhecimento produzido na comunidade acadêmica.

4.3.1. A EDUFF

No ano de 2024, a EDUFF deu início a um processo de reestruturação administrativa, resultando na remodelagem das atividades das Divisões de Editoração e Gráfica. A Divisão de Editoração passou a se chamar Divisão de Editoração e Comunicação (DEC), assumindo a responsabilidade pela análise de propostas de produção de livros, contato com autores, contratação, revisão de originais, normalização, diagramação, criação de capas, contratação de gráfica, definição de preços de vendas, lançamentos, divulgação, promoção das obras e comunicação institucional nas mídias sociais.

Na mesma reestruturação, foi criada a Divisão de Comercialização e Serviços (DCS), que integrou as atividades da antiga Divisão Gráfica e outras anteriormente realizadas pela DEC. A DCS assumiu a gestão do recebimento de livros produzidos pela EDUFF e por outras editoras, controle de estoque, logística de distribuição, controle de vendas, cobranças, recebimentos, controle financeiro e orçamentário, registros contábeis, acompanhamento das receitas de vendas e serviços, processos de compras e pagamentos, serviços gráficos e acompanhamento da situação fiscal da editora.

Para aumentar a visibilidade e fomentar vendas, foram adotadas ações como a participação em eventos no campus, uso de uniformes personalizados, distribuição de materiais promocionais, integração com eventos no campus e parcerias com livreiros selecionados. Com o objetivo de ampliar a divulgação, foram realizadas promoções sazonais, como Volta às aulas; Mês das crianças; Outubro Rosa; Quinzena dos Professores; Promoção para servidores públicos.

4.3.2. Patrimônio e Estoque

O controle patrimonial desempenha papel fundamental na gestão eficiente dos recursos públicos, garantindo a organização, o monitoramento e a transparência do patrimônio sob responsabilidade da instituição. No ano de 2024, foram implementadas ações estratégicas que contribuíram significativamente para o aprimoramento desse controle.

Dentre as iniciativas realizadas, destaca-se o inventário de bens móveis por meio do Sistema de Administração Patrimonial (SISAP). Essa ação permitiu a atualização e a adequação das informações relativas ao patrimônio, promovendo maior confiabilidade nos registros e facilitando a tomada de decisões gerenciais.

Adicionalmente, foi realizado um leilão de bens inservíveis, com a finalidade de alienar itens sem utilidade, liberando espaço físico e gerando receitas acessórias para o órgão. Esse processo reflete o compromisso com a otimização dos recursos e a sustentabilidade administrativa.

No âmbito do controle do material bibliográfico, foram efetuados dois inventários anuais em 2024, consolidando uma prática de monitoramento periódico. Os resultados dos levantamentos apresentaram a seguinte evolução:

Quadro V – Material Bibliográfico EDUFF – R\$

Período	Quantidade de Exemplares	Valor Total (R\$)
Agosto de 2023	51839	1.283.462
Dezembro de 2023	47844	1.233.905
Agosto de 2024	48434	1.370.540
Dezembro de 2024	48550	1.352.851

Esses dados refletem uma gestão ativa e criteriosa do acervo, com ajustes sistemáticos que asseguram a compatibilidade entre o inventário físico e os registros contábeis.

Além disso, foram realizadas ações complementares, como a requalificação das consignações, a devolução de livros encalhados, a seleção de novas editoras para consignações e a redução do número de concessões. Essas medidas resultaram em maior eficiência no uso dos recursos e na gestão dos processos, promovendo economia e melhor adequação às necessidades institucionais.

4.3.3. Receita Arrecadada

Em 2024, a EDUFF alcançou resultados expressivos na arrecadação de receitas, fortalecendo sua sustentabilidade financeira e capacidade de reinvestimento em atividades estratégicas. A **Gráfica Universitária** gerou uma receita de R\$ 60.166,50, dos quais R\$ 48.133,20. Por sua vez, a **Editores Universitária** arrecadou R\$ 101.106,58.

Os recursos arrecadados foram aplicados de forma estratégica para atender às necessidades operacionais e ampliar as capacidades institucionais da EDUFF. As principais destinações incluíram:

- ✓ **Aquisição de equipamentos:** Notebooks, computadores e equipamentos de videoconferência foram adquiridos para modernizar a infraestrutura e melhorar os processos internos.
- ✓ **Renovação de licenças de software:** Licenças essenciais, como o pacote Adobe e o Sistema Versa, foram renovadas, assegurando o funcionamento contínuo das operações.
- ✓ **Pagamentos diversos:** Taxas de registro ISBN foram quitadas, além de recursos destinados à participação em eventos e premiações que fortaleceram a visibilidade da EDUFF no cenário acadêmico e editorial.

4.3.4. Gráfica Universitária

A **Gráfica Universitária** desempenhou um papel crucial na manutenção do catálogo da EDUFF em 2024. Dentre suas atividades, destaca-se a reimpressão de livros esgotados para atender à demanda com eficiência e redução de custos. Entre os títulos reimpressos destacam-se: *Análise de Discurso, uma introdução*; *Niterói Terra de Índio*; *As Políticas Públicas e Racismo, Capitalismo e Subjetividade*.

Além dos livros, a gráfica realizou diversos serviços personalizados, incluindo impressão de teses, receituários, cartazes, convites, blocos, folders, pastas, filipetas, marcadores de livro e crachás. No total, foram produzidos **66.970 impressos em 2024**, demonstrando o impacto significativo da Gráfica Universitária na operacionalização das atividades editoriais e administrativas da EDUFF.

4.3.5. Parceria da EDUFF com a livraria BLOOKS

A partir de junho de 2023, a EDUFF firmou uma parceria com a Livraria Blooks, que passou a ocupar o espaço localizado na Reitoria da UFF, em

Icaraí, Niterói. A Blooks é uma livraria com um sólido histórico de atuação cultural, reconhecida pela promoção de eventos literários e pela prestação de serviços no setor.

Essa parceria foi estabelecida por meio de uma licitação pública, em que a Blooks foi selecionada para celebrar um contrato de permissão de uso do espaço. Como contrapartida, o contrato prevê o pagamento de aluguel à universidade, permitindo à Blooks operar no espaço da livraria da EDUFF. Importante destacar que a Editora EDUFF mantém suas atividades normalmente, e seus livros seguem em destaque nas prateleiras principais da livraria, com um repasse significativo do valor das vendas para a Universidade.

Além disso, a Blooks atenderá ao público em horário estendido durante a semana e, agora, também aos sábados, ampliando o acesso à literatura e fortalecendo o vínculo com a comunidade.



4.4. Dívida Ativa Não Tributária

A totalidade dos créditos registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo é composta pela dívida ativa não tributária. Esses créditos encontram-se em trânsito judicial, são corrigidos conforme variação da taxa SELIC e ajustados contabilmente quando ocorre a emissão de decisão judicial que impacte a expectativa de recuperação do crédito.

O Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público não define um modelo de cálculo de ajuste de perdas, devendo cada ente adotar a metodologia que melhor reflita a expectativa de recebimento dos créditos inscritos. Neste contexto, os créditos são ajustados com base em possíveis perdas (Ajuste para Perdas Estimadas com Dívida Ativa Não Tributária), utilizando o método de classificação de riscos (Rating), conforme orientação da Portaria do Ministério da Fazenda nº 293/2017. De acordo com a Portaria, os créditos devem ser classificados em diferentes níveis de risco, de A a D, considerando a expectativa de recuperação. Este método busca representar, com maior fidedignidade, as possíveis perdas com esses créditos a receber de longo prazo.

Neste modelo, os créditos classificados como A e B, os mais prováveis de realização, devem ter o reconhecimento de ajustes para perdas de 30% e 50% sobre seus saldos, respectivamente. Por outro lado, os créditos classificados como C e D não devem ser registrados como ativo, uma vez que não atendem aos requisitos de reconhecimento devido à baixa expectativa de fluidez de benefícios futuros. Esses créditos são classificados como Ativos Contingentes e registrados em contas de controle.

Os créditos parcelados não são objeto de ajuste para perdas, considerando o acordo de pagamento firmado entre as partes. Caso ocorra

descumprimento do parcelamento, o saldo passa a estar sujeito à aplicação de ajuste para perdas.

Considerando a necessidade de atender à macrofunção 021112 - Dívida Ativa da União, bem como às normas de contabilidade aplicadas ao setor público. O valor do ajuste para perdas é revisto ao menos anualmente, para fins de elaboração das demonstrações contábeis e através de consulta à Procuradoria Federal – AGU via ofício sobre a situação dos créditos e perspectiva de recebimento. Essa avaliação visa adequá-los às exigências legais relacionadas à transparência, eficiência e controle dos recursos públicos.

Quadro VI – Ajuste para Perdas – R\$

Rating	Saldo	Ajuste (%)	Saldo Ajuste para Perdas
A	1.641.055,06	30%	492.316,52
B	1.030.773,18	50%	515.386,59
Parcelamento	42.078,84	Não se Aplica	-
Processos em análise	1.131.725,77	Não Definido	-
Total Geral	3.845.632,85		1.007.703,11

4.5. Imobilizado

O grupo imobilizado é composto por bens móveis e imóveis. São reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

4.5.1. Bens Móveis

A Universidade Federal Fluminense (UFF), reconhecida como a terceira maior Universidade Pública Federal do Brasil, destaca-se por sua vasta estrutura descentralizada e pelo expressivo volume de bens móveis sob sua administração, totalizando 289.758 itens devidamente registrados em seu sistema patrimonial. Em 2024, a instituição alcançou um marco significativo com a conclusão do inventário de 92% desses bens, consolidando uma importante etapa para a melhoria da gestão patrimonial.

Esse avanço foi possível, em grande parte, graças à atuação mais integrada entre o Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF/PROPLAN) e a Coordenação de Administração Patrimonial (CAP/DCF/PROPLAN). Por meio de uma parceria estratégica, ambas as áreas estruturaram diversas ações que permitiram superar desafios históricos na gestão de bens móveis. Entre as iniciativas destacam-se a revisão de critérios de classificação patrimonial,

a conciliação detalhada de saldos contábeis e patrimoniais entre o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e os sistemas internos da UFF, além do planejamento coordenado para a migração ao Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS).

O processo de inventário, encerrado em dezembro de 2024, também contou com outras medidas estratégicas que garantiram o progresso e a efetividade das atividades. Destacam-se a designação de 395 agentes patrimoniais, formalizada por Determinações de Serviço (DTS) publicadas no Boletim de Serviço da UFF, e a atuação do Grupo de Trabalho (GT), instituído pela Portaria nº 68.614/2023 e posteriormente substituído pela Portaria nº 68.749/2024. Além disso, a Universidade promoveu reuniões periódicas com diretores de unidades, agentes patrimoniais e gestores de áreas administrativas, com o objetivo de discutir o status do inventário, desafios enfrentados e estratégias para sua superação.

Para reforçar a obrigatoriedade e a importância do inventário, foram emitidos ofícios circulares e notificações direcionadas às unidades acadêmicas e administrativas, além de realizadas campanhas de conscientização sobre a gestão patrimonial. A integração das ações entre o Departamento de Contabilidade e Finanças e a Coordenação de Administração Patrimonial foi fundamental para garantir maior precisão e confiabilidade nos dados registrados, além de criar as condições necessárias para o início do processo de modernização administrativa.

Com a conclusão do inventário, a Universidade direciona esforços para a migração de sua base patrimonial para o SIADS, uma diretriz estabelecida pelo Governo Federal. Essa transição, que está em fase de planejamento, envolve ajustes na base de dados patrimoniais e conciliações adicionais com o SIAFI, de forma a assegurar que o processo ocorra com segurança e precisão.

Para 2025, estão previstas ações como o processamento dos resultados do inventário de 2024, capacitações específicas voltadas para a equipe da Divisão de Patrimônio Móvel (DPM/CAP/DCF/PROPLAN) e treinamentos relacionados à implantação do SIADS. Adicionalmente, reuniões continuarão sendo realizadas para avaliar progressos, identificar desafios e alinhar estratégias entre os agentes patrimoniais, diretores de unidades e demais setores envolvidos.

A UFF reafirma seu compromisso com a transparência, a eficiência e o atendimento às recomendações dos órgãos de controle, assegurando que as boas práticas de gestão patrimonial sejam continuamente aprimoradas. Com o planejamento detalhado para 2025, a Universidade se prepara para avançar ainda mais em suas iniciativas de modernização e excelência administrativa.



Quadro VII – Bens Móveis – R\$

Bens Móveis	dez/24	dez/23
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	199.168.952	183.355.511
Bens de Informática	96.408.729	85.036.778
Móveis e Utensílios	59.396.530	55.314.729
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	47.875.333	45.977.896
Veículos	38.694.080	39.380.242
Peças e Conjuntos de Reposição	8.213	-
Armamentos ¹	-	980
Demais Bens Móveis	810.754	2.577.918
Depreciação / Amortização Acumulada	(53.743.120)	(43.618.649)
Total	388.619.472	368.25.404

4.5.1.1. Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas

No exercício de 2024, a Universidade Federal Fluminense (UFF) apresentou um aumento expressivo no saldo da categoria "Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas", que passou de R\$ 183.355.511,00 em 2023 para R\$ 199.168.952,00 em 2024. Esse crescimento reflete a incorporação de bens patrimoniais significativos, provenientes de doações realizadas pela Fundação Euclides da Cunha (FEC), os quais foram destinados a diversos departamentos da universidade.

Em abril de 2024, a UFF recebeu uma importante doação de equipamentos médicos, odontológicos e laboratoriais, formalizada pela Fundação Euclides da Cunha (FEC) por meio de diversos Termos de Responsabilidade, amparados pela Resolução CUV/UFF nº 253-A. Essa incorporação, registrada sob o processo nº 23069.163849/2021-37, totalizou R\$ 1.071.000,00 e abrangeu bens essenciais para o aprimoramento das atividades acadêmicas e de pesquisa em diversos setores da universidade.

No mês de novembro, foram realizadas outras incorporações relevantes, com destaque para a doação de um cromatógrafo de gases acoplado, destinado ao Departamento de Geoquímica. Esse equipamento, de grande importância para análises químicas e ambientais, foi incorporado sob a Resolução CUV/UFF nº 255/2023, com tombamento nº 647302, no valor total de R\$ 652.343,97.

Ainda em novembro de 2024, o Departamento de Geoquímica recebeu outros dois equipamentos de alta tecnologia: um Neptuno ICP MS GC e um analisador elementar com espectrômetro de massa de razão isotópica. Esses instrumentos são essenciais para pesquisas avançadas em geoquímica, especialmente na análise isotópica e ambiental, e foram incorporados sob o processo nº 23069.163739/2021-75, com tombamentos de nº 647303 a 647304. O valor total dessa operação foi de R\$ 5.002.261,46.

¹ Classificação realizada incorretamente no exercício de 2023 e corrigida para o exercício de 2024

4.5.1.2. Bens de Informática

No exercício de 2024, a Universidade Federal Fluminense (UFF) realizou investimentos expressivos em equipamentos de tecnologia da informação com o objetivo de aprimorar sua estrutura de rede e conectividade. Esses investimentos foram determinantes para a variação aumentativa do saldo de bens de informática, que passou de R\$ 85.036.778,00 em 2023 para R\$ 96.408.729,00 em 2024.

Dentre os principais eventos que contribuíram para esse incremento, destacam-se:

- Aquisição de Pontos de Acesso (março de 2024): A UFF adquiriu equipamentos projetados para redes digitais, com suporte a tripla frequência (2,4 GHz e duas bandas de 5 GHz). Essa aquisição incluiu 100 unidades, com valor unitário de R\$ 1.049,00, totalizando R\$ 2.570.044,20. O investimento foi destinado à modernização da infraestrutura de conectividade da instituição, atendendo às crescentes demandas de redes acadêmicas e administrativas.
- Compra de Switches de Alta Capacidade (julho de 2024): Com o objetivo de ampliar a conectividade em seus ambientes, a UFF adquiriu 92 unidades de switches de alta capacidade da empresa ZIVA Tecnologia e Soluções LTDA.. A transação foi registrada na Nota Fiscal Eletrônica nº 000.000.564 e envolveu dois modelos de equipamentos, totalizando R\$ 1.512.341,56.
- Incorporação de Scanner de Alta Precisão (novembro de 2024): A UFF, por meio do Departamento de Patologia e com recursos da

FAPERJ, incorporou um equipamento de alta precisão, o Scanner Leica ScanScope CS2, no valor de R\$ 421.000,00. A aquisição foi vinculada ao projeto PM0352/2024 e tombada sob o número 659375 (Processo 23069.156496/2024-61). O equipamento será utilizado em atividades científicas e acadêmicas, contribuindo para o avanço da pesquisa na área médica e biológica.

4.5.1.3. Baixas e alienações

As baixas realizadas no patrimônio da universidade, conforme detalhado na planilha anterior, refletem uma série de providências tomadas pelo Departamento de Contabilidade e Finanças e pela Coordenação de Administração Patrimonial, com o objetivo de manter a organização e a acuracidade do patrimônio físico e contábil da instituição. Essas ações visam garantir que os registros patrimoniais da universidade reflitam de maneira precisa a realidade de seus bens móveis, considerando aqueles que já não possuem mais utilidade ou capacidade de gerar benefícios econômicos futuros.

As variações e baixas registradas referem-se principalmente à alienação de bens móveis inservíveis, como no caso de bens permanentes e bens em comodato, que foram leiloados ou removidos do ativo da universidade por meio de procedimentos legais e administrativos, como as resoluções e despachos da Coordenação de Administração Patrimonial e da Comissão de Alienação de Bens. Esses bens foram avaliados e considerados obsoletos ou sem condições de uso, motivo pelo qual foram desativados e retirados do patrimônio.

As baixas também incluem processos relacionados à alienação de bens em comodato, como os bens provenientes de parcerias com órgãos como FINEP, CNPq, e FAPERJ, que, após análise, foram identificados como não

geradores de valor econômico para a universidade. A alienação desses bens foi aprovada conforme as resoluções pertinentes e resultou na sua retirada dos registros contábeis e patrimoniais.

Essas providências são fundamentais para o planejamento e controle patrimonial da universidade, visando não apenas a conformidade com as normativas contábeis e fiscais, mas também a otimização do uso dos recursos da instituição. Assim, a realização dessas baixas contribui para a organização do patrimônio da universidade e para a transparência nas informações contábeis, assegurando a devida atualização dos registros e o alinhamento com as boas práticas de gestão pública

Quadro VIII – Baixa de Bens Móveis – R\$

Mês	Doc. Contábil	Histórico	Crédito (R\$)
out/24	153056152272 024NS011072	Baixa de bens móveis inservíveis leiloados por meio do leilão virtual, conforme Termo de Contrato nº 19/2021/AD, alienação de bens permanentes e comodatos. Processo: 23069.020167/2022-11	318.611
out/24	153056152272 024NS011085	Baixa de bens móveis inservíveis leiloados por meio do leilão virtual, conforme Termo de Contrato nº 19/2021/AD, alienação de bens permanentes (comodatos). Processo: 23069.020167/2022-11	66.942
out/24	153056152272 024NS011086	Baixa de bens móveis inservíveis leiloados por meio do leilão virtual, conforme Termo de Contrato nº 19/2021/AD, alienação de bens permanentes. Processo: 23069.020167/2022-11	318.611
out/24	153056152272 024NS011149	Baixa de bens móveis inservíveis, considerando a alienação dos bens permanentes constantes nas planilhas de baixa patrimonial. Processo: 23069.158532/2024-21	881.742

out/24	153056152272 024NS011289	Baixa de bens móveis inservíveis permanentes (comodatos FINEP) para proceder à alienação de bens sob forma de leilão. Processo: 23069.170990/2023-58	503.778
out/24	153056152272 024NS011303	Baixa de bens móveis inservíveis permanentes (comodatos FINEP) para proceder à alienação de bens sob forma de leilão. Processo: 23069.170990/2023-58	142.757
out/24	153056152272 024NS011310	Baixa de bens móveis inservíveis permanentes (comodatos CNPq) para proceder à alienação de bens sob forma de leilão. Processo: 23069.170990/2023-58	89.992
out/24	153056152272 024NS011328	Baixa de bens móveis inservíveis permanentes (comodatos FAPERJ) para proceder à alienação de bens sob forma de leilão. Processo: 23069.170990/2023-58	72.733
nov/24	153056152272 024NS012337	Baixa de bens permanentes inservíveis, conforme Resolução nº 16/2006 e Comissão de Alienação de Bens Móveis. Processo: 23069.008834/05-97	2.108
nov/24	153056152272 024NS013208	Baixa de bens móveis inservíveis, considerando a alienação dos bens permanentes constantes nas planilhas de baixa patrimonial. Processo: 23069.158532/2024-21	202.062
nov/24	153056152272 024NS013211	Baixa de bens móveis inservíveis, considerando a alienação dos bens permanentes (comodatos CNPq). Processo: 23069.158532/2024-21	5.239
nov/24	153056152272 024NS013216	Baixa de bens móveis inservíveis, considerando a alienação dos bens permanentes (comodatos FAPERJ). Processo: 23069.158532/2024-21	701
dez/24	153056152272 024NS013757	Baixa de bens permanentes inservíveis, espectrofotômetro Perkin Elmer e equipamentos odontológicos. Processo: 23069.051326/07-91	13.500

dez/24	153056152272 024NS013875	Baixa de bens móveis inservíveis, considerando a alienação dos bens permanentes constantes nas planilhas de baixa patrimonial. Processo: 23069.158532/2024-21	686.999
dez/24	153056152272 024NS013877	Baixa de bens móveis inservíveis, considerando a alienação dos bens em comodatos CNPq. Processo: 23069.158532/2024-21	27.617
dez/24	153056152272 024NS013879	Baixa de bens móveis inservíveis, considerando a alienação dos bens permanentes (comodatos FAPERJ). Processo: 23069.158532/2024-21	59.621
dez/24	153056152272 024NS013881	Baixa de bens móveis inservíveis, considerando a alienação dos bens em comodatos FINEP. Processo: 23069.158532/2024-21	4.649
Total			3.397.661

4.5.1.4. Depreciação de bens móveis

A base de cálculo para reconhecimento da depreciação dos bens móveis é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

A taxa e valor residual praticados pela Universidade Federal Fluminense para o cálculo da depreciação de seu grupo de contas do ativo imobilizado referente a bens móveis baseia-se no item 6.2 da *Macrofunção 020300 – DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADM. DIR. UNIÃO, AUT. E FUND:*

6.2 - O administrador deverá seguir a tabela de vida útil e valor residual, estabelecida para cada conta contábil. Essa definição deve-se à necessidade de padronização de critérios dos órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para geração de dados consistentes e comparáveis. Essa padronização viabilizará a divulgação nas notas explicativas do Balanço Geral da União dos critérios adotados para depreciação.

A taxa de depreciação e valor residual usados para o cálculo da depreciação na Universidade Federal Fluminense seguem o disposto no Manual do SIAFI, Macrofunção 020300, item 6.3. - Tabela de vida útil e valor residual, disponível no link <https://manuais.tesouro.gov.br/siafi/020330>.



Quadro VIX – Depreciação Acumulada – R\$

Denominação	2023			2024		
	Valor Contábil Bruto	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Líquido	Valor Contábil Bruto	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Líquido
APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	16.156.748	(2.028.371)	14.128.376	17.628.858	(2.718.215)	14.910.643
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	1.135.285	(28.111)	1.107.175	1.581.646	(34.817)	1.546.828
EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,LAB E HOSP	138.052.179	(9.998.472)	128.053.706	150.701.436	(12.038.760)	138.662.676
APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	403.747	(48.548)	355.199	752.513	(61.678)	690.835
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	6.853.520	(108.261)	6.745.259	6.863.200	(123.274)	6.739.925
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	2.516.806	(148.777)	2.368.029	2.576.601	(192.587)	2.384.014
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	6.813.305	(788.145)	6.025.160	7.193.901	(965.349)	6.228.552
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	409.182	(38.503)	370.679	328.304	(39.332)	288.973
MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	1.382.723	(221.913)	1.160.810	1.405.086	(256.764)	1.148.322
EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	49.229	(4.538)	44.692	47.227	(9.790)	37.437
EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS MARITIMOS	3.514.867	(34.253)	3.480.614	3.514.867	(41.970)	3.472.897
EQUIPAM. PECAS E ACESSORIOS PROTECAO AO VOO	6.607	-	6.607	6.607	-	6.607
EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	12.570	-	12.570	12.570	-	12.570
EQUIPAMENT DE PROTECAO E VIGILANCIA AMBIENTAL	-	-	-	20.900	(413)	20.488
MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	187.238	(16.543)	170.695	187.238	(55.808)	131.430
EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	587.030	(92.067)	494.963	602.969	(115.542)	487.426

Denominação	Valor Contábil Bruto	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Líquido	Valor Contábil Bruto	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Líquido
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - CONSTRUCAO CIVIL	2.002	-	2.002	2.002	-	2.002
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS	165.250	-	165.250	165.250	-	165.250
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	5.098.825	(417.399)	4.681.426	5.569.263	(637.021)	4.932.243
OUTRAS MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	8.399	-	8.399	8.515	-	8.515
EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/TIC	85.036.778	(15.475.323)	69.561.455	96.408.729	(19.501.230)	76.907.498
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	19.648.205	(3.190.469)	16.457.736	20.860.776	(3.763.242)	17.097.534
MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	552.267	(15.073)	537.194	548.979	(18.315)	530.664
MOBILIARIO EM GERAL	34.933.562	(4.851.554)	30.082.008	37.806.082	(5.719.543)	32.086.538
UTENSILIOS EM GERAL	180.694	-	180.694	180.694	-	180.694
COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	13.475.485	(1.176.087)	12.299.398	14.300.112	(1.321.899)	12.978.213
DISCOTECAS E FILMOTECAS	20.972	(1.462)	19.510	20.972	(2.997)	17.975
INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	1.083.006	(365.318)	717.687	1.098.121	(396.535)	701.586
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	30.927.367	(2.506.846)	28.420.522	31.985.063	(3.084.760)	28.900.303
OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	452.176	(1.940)	450.236	452.176	(1.940)	450.236
OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCAC E DE COMUN	18.889	-	18.889	18.889	-	18.889
VEICULOS EM GERAL	1.779.876	(76.097)	1.703.780	1.779.876	(96.251)	1.683.626
VEICULOS DE TRACAO MECANICA	17.644.772	(1.899.984)	15.744.788	16.774.596	(2.455.945)	14.318.651
AERONAVES	107.449	(10.119)	97.330	291.463	(10.119)	281.344
EMBARCACOES	19.848.145	(36.000)	19.812.145	19.848.145	(36.000)	19.812.145

Denominação	Valor Contábil Bruto	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Líquido	Valor Contábil Bruto	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Líquido
PECAS E CONJUNTOS DE REPOSICAO	-	-	-	8.213	-	8.213
ARMAMENTOS	980	-	980	-	-	-
BENS MOVEIS EM TRANSITO	1.813.993	-	1.813.993	-	-	-
PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	422.882	(38.478)	384.404	428.477	(43.025)	385.451
MATERIAL DE USO DURADOURO	341.043	-	341.043	341.043	-	341.043
OUTROS BENS MOVEIS	-	-	-	41.234	-	41.234
	411.644.053	(43.618.649)	368.025.404	442.362.592	(53.743.120)	388.619.472

4.5.2. Bens Imóveis

Em 31/12/2024, a Universidade Federal Fluminense apresentou um saldo de R\$1,996 bilhão referente a Bens imóveis, composto da seguinte forma:

Quadro X – Bens Imóveis– R\$

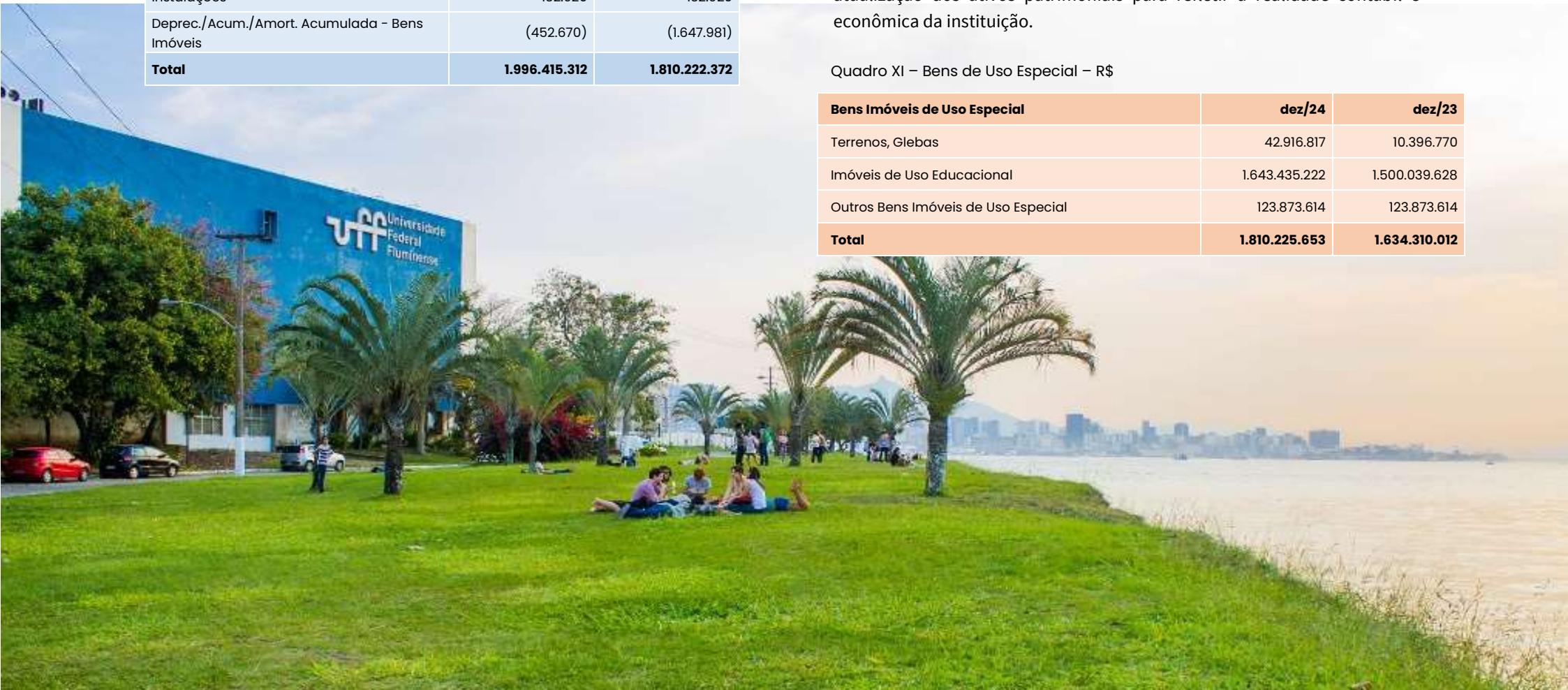
Bens Imóveis	dez/24	dez/23
Bens de Uso Especial	1.810.225.653	1.634.310.012
Bens Imóveis em Andamento	186.509.410	177.427.421
Instalações	132.920	132.920
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(452.670)	(1.647.981)
Total	1.996.415.312	1.810.222.372

4.5.2.1. Bens de Uso Especial

No exercício de 2024, os imóveis de uso educacional apresentaram uma variação significativa em seus valores devido a diversos fatores. Destaca-se, inicialmente, a reavaliação positiva de imóveis, que resultou em um incremento total de R\$ 16.198.076. Além disso, houve a incorporação e reclassificação de imóveis, com um impacto expressivo de R\$ 218.161.330,96. Por outro lado, registrou-se uma desvalorização no montante de R\$ 90.963.813,03, evidenciando ajustes decorrentes da atualização dos ativos patrimoniais para refletir a realidade contábil e econômica da instituição.

Quadro XI – Bens de Uso Especial – R\$

Bens Imóveis de Uso Especial	dez/24	dez/23
Terrenos, Glebas	42.916.817	10.396.770
Imóveis de Uso Educacional	1.643.435.222	1.500.039.628
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	123.873.614	123.873.614
Total	1.810.225.653	1.634.310.012



4.5.2.2. Obras em Andamento

Em relação às Obras em Andamento, foram feitas as seguintes baixas de saldo da conta:

Quadro XII – Baixa de Obras em Andamento – R\$

Mês	Histórico	Crédito (R\$)
JAN/2024	BAIXA SALDO OBRAS EM ANDAMENTO REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONCLUSÃO DA OBRA REMANESCENTE DO PRÉDIO DO BLOCO P DENOMINADO UFASA, REFERENTE À LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO DA NOTA FISCAL 339 À EMPRESA SINTRA CONSTRUÇÕES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIA, CONTRATO 48/2020 REAJUSTE DA 15ª MEDIDA COMPETÊNCIA 06/2023, PROCESSO.23069.166982/2023-15.	13.944
JUL/2024	BAIXA DE OBRAS EM ANDAMENTO EM RAZÃO DE RESCISÃO DOS CONTRATOS 09/18 E 23/18, EMPRESA VS LEAL CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA EIRELI.	100.492
JUL/2024	BAIXA DE OBRAS EM ANDAMENTO, EMPRESA LLED SOLUÇÕES INSTALAÇÕES E REFORMAS, PROCESSO 23069.156448/2020-40, CONTRATO 16/2019	11.187
JUL/2024	BAIXA DE OBRAS EM ANDAMENTO EM RAZÃO DE RESCISÃO DO CONTRATO 15/2014.	88.863
JUL/2024	BAIXA DE OBRAS EM ANDAMENTO EM RAZÃO DE RESCISÃO DO CONTRATO 09/2011.	61.525
NOV/2024	BAIXA DE OBRAS EM ANDAMENTO, EMPRESA RECRIAR ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO LTDA. CONTRATO 23/2010 PROCESSO 23069.008881/2010-06.	229.525
DEZ/2024	BAIXA DE OBRAS EM ANDAMENTO EM ANGRA DOS REIS, EMPRESA CONSTROI ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA, CONTRATO 43/2019, PROCESSO 23069.156353/2020-26.	397.445
Total		902.981

4.5.2.3. Depreciação dos bens imóveis

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUNET.

O SPIUNET é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrada no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

Reavaliados, aqueles nos quais:

- Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUNET sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso. O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação. O cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Os registros de depreciação acumulada são ajustados manualmente pela Contabilidade da UFF, mensalmente, para zerar o saldo devido ao processo de reavaliação de imóveis. Esses ajustes garantem que o saldo de depreciação acumulada, informado pela Secretaria de Patrimônio da União

(SPU), esteja devidamente conciliado com o saldo de Depreciação Acumulada de Imóveis apresentado no Balanço da Universidade. A conciliação pode ser verificada no relatório oficial da SPU, disponível em [Transparência Patrimônio da União - Depreciação de Imóveis \(Dezembro/2024\)](#)².

A necessidade desse ajuste manual decorre do fato de que, durante o processo de reavaliação dos imóveis, as baixas nos saldos de depreciação acumulada não foram automaticamente registradas pelos sistemas responsáveis (SPIUNET e SIAFI). Esse cenário exige um acompanhamento contínuo e cuidadoso pela equipe contábil, assegurando que os valores apresentados reflitam corretamente a situação patrimonial e contábil da Universidade.



² <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/transparencia/depreciacao-de-imoveis/2024/dezembro-depreciacao-2024.xls/view>

4.6. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva no momento em que foram incorridos.

Ativos intangíveis obtidos a título gratuito foram avaliados ao valor de mercado, tendo em vista refletir melhor e de forma mais segura o valor do ativo. Em 31/12/2024, a Universidade Federal Fluminense apresentou um saldo de **R\$ 8.601.093** milhões relacionados ao intangível, classificado em sua totalidade como de vida útil indefinida.

A Universidade Federal Fluminense (UFF) encontra-se em processo de reorganização das rotinas relacionadas à aquisição e desenvolvimento de ativos intangíveis, com o objetivo de implementar um controle patrimonial mais eficiente e alinhado à realidade da instituição. Essa iniciativa busca garantir informações patrimoniais mais precisas e confiáveis.

Embora estejam sendo realizados esforços para o aperfeiçoamento do controle patrimonial, ainda há limitações para gerar dados seguros sobre a vida útil dos ativos intangíveis, etapa essencial para sua contabilização e amortização.

Atualmente, a universidade está em fase de implementação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIADS), uma ferramenta desenvolvida pelo Serpro para o Ministério da Fazenda, sob a gestão da Secretaria do Tesouro Nacional. O SIADS visa otimizar o controle de bens tangíveis e intangíveis, além de estoques e serviços de transporte, promovendo maior eficiência na administração patrimonial da UFF.

Enquanto não se alcança uma mensuração confiável da vida útil dos ativos intangíveis, eles seguem classificados como de vida útil indefinida. Para estruturar normas e procedimentos relacionados a essa mensuração e à classificação dos ativos intangíveis, bem como ao mapeamento de processos de registros de marcas e patentes junto ao INPI, foi atualizada a portaria de criação da Comissão de Bens Intangíveis, por meio da Portaria UFF Nº 68.658/2024.



4.7. Obrigações de Curto Prazo

O saldo a pagar de fornecedores apresentou um crescimento significativo em dezembro de 2024, atingindo o valor total de R\$ 14.759.753,13, comparado a R\$ 1.936.784,00 no mesmo período do ano anterior. A maior parte desse saldo é atribuída à Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à UFF, com um montante de R\$ 14.011.762,28 em 2024, um aumento expressivo em relação aos R\$ 1.902.814,00 registrados em 2023. Outros fornecedores como Águas de Niterói S/A, LABORPEC Rio Comercial Ltda e ECOS Turismo Ltda também contribuíram para o saldo total, embora em valores menores. O saldo indica as despesas foram liquidadas, porém a entidade ainda não recebeu o recurso financeiro até o término do exercício de 2024 para a quitação da obrigação.

Quadro XIII – Fornecedores – R\$

CNPJ	Fornecedor	dez/24	dez/23
03438229000109	FUNDAÇÃO EUCLIDES DA CUNHA DE APOIO INSTITUCIONAL A UFF	14.011.762,28	1.902.814,00
02150336000166	AGUAS DE NITEROI S/A	599.578,35	-
05354801000179	LABORPEC RIO COMERCIAL LTDA	63.286,50	33.970,00
06157430000106	ECOS TURISMO LTDA	29.549,58	-
40343162000147	PC HELP MANUTENCAO E INFORMATICA LTDA	14.814,87	-
22323856000130	ELYSION COMPUTACAO INTEGRADA LTDA	14.800,00	-
Outros		25.961,55	-
Total		14.759.753,13	1.936.784,00

Além destes, o passivo circulante apresenta os seguintes compromissos, com destaque sobretudo para despesas e retenções relacionadas a folha de

pagamento e seus encargos, além de transferências financeiras a comprovar.

Quadro XIV – Obrigações de curto prazo – R\$

Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo e Demais Obrigações	dez/24	dez/23
Salários, Remunerações e Benefícios	132.417.759	139.522.436
Benefícios Previdenciários	1.199.811	773.478
Contribuição a Entidades de Previdência Complementar	449.077	391.664
FGTS	2.994	6.563
INSS – Contribuições sobre Salários e Remunerações	610.989	547.930
Retenção Previdenciária – FRGPS	758.621	1.180.840
IRRF devido ao Tesouro Nacional	46.490.798	25.427.378
Impostos e Contribuições Diversos devidos ao Tesouro	1.534.960	55
Planos de Previdência e Assistência Médica	222.043	677.608
Retenções – Entidades Representativas de Classe	-	749.139
Retenções – Planos de Seguros	-	27.851
Retenções – Empréstimos e Financiamentos	11.206.368	9.610.619
Serviços de Processamento de Dados	62.352	66.350
Previdência Complementar Servidor Público Federal	640.674	563.300
Depósitos e Cauções Recebidos	65.391	65.383
Diárias a Pagar	2.243	-
Incentivos à Educação, Cultura e Outros	1.381.658	1.387.858
Transferências Financeiras a Comprovar – TED	313.498.726	270.719.883
	510.544.462	451.718.333

As transferências financeiras a comprovar consistem num passivo oriundo do recebimento de recursos financeiros através de transferências por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED para desenvolvimento de atividades em cooperação com outros órgãos. O reconhecimento no passivo se deve ao fato de que a entidade recebedora da transferência tem uma obrigação perante a transferidora que só se findará quando da entrega do objeto do termo e sua consequente aprovação de contas. Somente após aprovada a prestação de contas será desincorporado o passivo correspondente à transferência recebida.

4.8. Obrigações Contratuais

Em 31/12/2024, A Universidade Federal Fluminense possuía um saldo de R\$536,9 milhões em obrigações contratuais relacionadas a parcelas de contratos que serão executados nos próximos exercícios. O quadro abaixo segrega essas obrigações de acordo com a natureza dos respectivos contratos:

Quadro XV – Obrigações Contratuais – R\$

Obrigações Contratuais	dez/24	dez/23
Aluguéis	1.013.236	1.915.957
Fornecimento de Bens	17.507.918	2.141.510
Serviços	518.395.105	457.826.386
Total	536.916.258	461.883.853

No próximo quadro, são relacionados os contratados mais significativos e o saldo a executar na data-base de 30/09/2024:

Quadro XV – Principais Contratos – R\$

Inscrição	Contrato	dez/24	dez/23
ICUFF2522	PROAD/0032309000015-SOLL -SERVICOS OBRAS E LO	37.753.021	30.421.590
ICFEI1023	PESQUISA APLICADA (...) MULHERES QUILOMBOLAS	22.920.000	
ICUFF1424	UFF/33050071/0001-58 AMPLA	20.705.202	
ICUFF3519	PROAD/02738552000127-PLATAFORMA TERCEIRIZACAO	17.947.275	26.463.964
ICUFF4222	PROAD/33285255000105-CNS NACIONAL 42/2022	13.145.199	9.009.063
ICFEC3624	PROJ REALIZACAO CONCURSO PUBLICO SEAP/RJ 2024	12.000.000	
ICUFF3322	PROAD/06157430000106-ECOS TURISMO LTDA	10.993.903	7.416.862
ICUFF1222	PROAD/03117534000190-BRADOK SOLUCOES CORPORAT	10.470.543	12.259.268
ICFEC6524	PESQUISA APLICADA PARA DESENVOLVIMENTO	10.284.748	
ICUFF0623	SAEP/06173511000191-RETROFIT ENGENHARIA	9.649.064	9.942.603
ICUFF2722	PROAD/03658432000182-GEAP AUTOGESTAO EM SAUDE	9.533.553	6.400.591
ICUFF3922	PROAD/33285255000105-CNS NACIONAL 39/2022	8.698.161	6.637.844
ICUFF0822	PROAD/10542117000150-PERSONA VIGILANCIA E SEG	8.624.030	6.721.101
ICUFF6724	PROAD CNS NACIONAL 33285255000105	7.655.463	
05874658000146	ASSOCIACAO ESPACO SOCIAL CIDADANIA PRA TODOS	7.111.820	3.589.910
ICUFF1124	UFF/02150336/0001-66 AGUAS DE NITEROI	6.810.330	
ICUFF4223	PROAD - 10996691000189 VIVACOM COMERCIO	6.717.923	7.986.201
ICUFF0920	PROAD/07171299000196-CENTRAL IT TECNOLOGIA	6.707.618	13.447.340
ICFEC8323	CONCURSO PUBLICO PARA EMPREGOS DA FEMAR	6.557.733	4.000.000

ICUFF3722	PROAD/15443881000192-INOVAX COMERCIO E SERVIC	6.081.951	4.191.079
ICUFF6023	PROAD/44836465000152/CRIAR CONSULTORIA E SERV	6.043.204	
ICUFF4423	PROAD 33104423000100 LUSO BRASILEIRA	5.681.749	8.876.558
	Demais Contratos	284.823.768	304.519.878
Total		536.916.258	461.883.853

4.9. Despesas empenhadas por Natureza de Despesa

No exercício de 2024, a Universidade Federal Fluminense (UFF) apresentou um desempenho orçamentário que ressaltou alguns pontos:

O gasto com Auxílio Alimentação apresentou uma variação de 51%, passando de R\$ 47.386.719,12 em 2023 para R\$ 71.771.334,59 em 2024. Esse crescimento reflete uma ampliação reajuste no valor concedido aos servidores federais da Educação.

O Auxílio Financeiro a Estudantes também apresentou uma variação considerável, com um aumento de 24%, passando de R\$ 33.935.746,99 em 2023 para R\$ 42.153.834,03 em 2024. Esse aumento no empenho reflete uma expansão nos programas de apoio aos estudantes, que pode envolver não apenas o aumento do número de bolsas, mas também o reajuste nos valores oferecidos. Essa mudança demonstra o compromisso da UFF em garantir a acessibilidade ao ensino superior e em apoiar os estudantes em situações de vulnerabilidade socioeconômica, o que é fundamental para a manutenção da inclusão e diversidade no ambiente acadêmico.

As Despesas de Exercícios Anteriores apresentaram uma variação extremamente significativa, com um aumento de R\$ 12.496.415,36, passando de R\$ 1.829.103,65 em 2023 para R\$ 14.325.519,01 em 2024. Este aumento expressivo se deve ao fato que a universidade precisou regularizar passivos de exercícios anteriores, relacionados pendências financeiras que não haviam sido quitadas em anos anteriores. Embora esse tipo de despesa seja comum, a universidade tem se empenhado para garantir uma gestão orçamentária cuidadosa e parcimoniosa buscando adequar seu orçamento à necessidade operacional pleno funcionamento, com segurança e qualidade de condições estruturais para alunos, servidores e demais pessoais ligadas à UFF.

A Contratação por Tempo Determinado apresentou um aumento substancial de 23%, passando de R\$ 13.078.330,73 em 2023 para R\$ 16.174.431,11 em 2024. Esse aumento pode indicar uma maior necessidade de pessoal temporário para suprir demandas emergenciais, como programas específicos, atividades sazonais ou substituição de servidores efetivos.

As maiores variações nas despesas empenhadas da UFF em 2024 refletem um cenário de ajustes orçamentários, com crescimento em áreas estratégicas como apoio a estudantes e servidores, além de ajustes de passivos financeiros. A expansão dos auxílios alimentares e financeiros demonstra um compromisso contínuo com a inclusão e permanência de seus estudantes, enquanto o aumento nas despesas de exercícios anteriores e indenizações revela a necessidade de regularizações financeiras que não haviam sido contempladas anteriormente.

Essas variações apontam para uma gestão financeira que busca equilibrar as necessidades emergenciais com a continuidade dos investimentos essenciais à universidade, principalmente na área de apoio à sua

comunidade acadêmica. Entretanto, é crucial que a UFF continue a monitorar esses aumentos e busque otimizar suas despesas, garantindo a eficiência no uso dos recursos públicos para que o crescimento das despesas não comprometa a sustentabilidade financeira da instituição no longo prazo.

Para ajustar suas finanças ao período de aperto orçamentário que atravessa vários exercícios, a universidade reduziu os seus gastos em itens relevantes como:

O gasto com Equipamentos e Material Permanente, que passou de R\$ 15.725.494,02 em 2023 para R\$ 5.570.579,03 em 2024, representou uma queda de 64%. Esta área engloba a compra de bens duráveis, como móveis, computadores, laboratórios e outros equipamentos necessários para o funcionamento da universidade. O corte expressivo demonstra a uma realidade orçamentária mais dura e a necessidade de adequar seus investimentos.

Outro ponto a ser destacado é a redução nas despesas com Material de Consumo, que caiu de R\$ 15.947.149,65 em 2023 para R\$ 9.985.044,62 em 2024, representando uma diminuição de 37%. Este tipo de despesa envolve itens como papel, toner, produtos de limpeza e outros materiais de uso diário, que são consumidos regularmente nas atividades acadêmicas e administrativas. O corte nas despesas com material de consumo decorre busca para evitar desperdícios e promover maior controle sobre o uso dos recursos. Além disso, a contenção nesse item também indica um esforço da UFF para adaptar suas operações à realidade fiscal atual, buscando eficiência na gestão de recursos que, embora necessários, podem ser reduzidos sem afetar diretamente as atividades essenciais da instituição.

As Passagens e Despesas com Locomoção tiveram uma redução de 43%, caindo de R\$ 1.221.394,30 em 2023 para R\$ 694.354,44 em 2024. Esse corte está diretamente relacionado aos custos com deslocamentos de servidores, alunos e demais membros da comunidade acadêmica para participação em eventos, congressos, viagens de campo e outras atividades que demandam transporte. Este quadro reflete uma estratégia de contenção de despesas, onde a UFF prioriza o uso de recursos para áreas mais críticas.

4.10. Ajuste em Reavaliação de Imóveis

A **Reavaliação de Bens Imóveis** reflete os ajustes realizados nos valores contábeis dos bens imóveis da universidade, em conformidade com os procedimentos contábeis adotados pela instituição e as normas vigentes. O objetivo da conta é registrar os ajustes feitos periodicamente para garantir que os bens imóveis sejam refletidos de forma precisa no balanço patrimonial, em linha com o valor de mercado ou o valor justo, conforme estabelecido pelas diretrizes contábeis.

Em 2024, diversas movimentações foram realizadas com o propósito de ajustar e regularizar os saldos da conta, em função da adoção de novos procedimentos contábeis e da execução de regularizações sistemáticas dentro do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). Esses ajustes são necessários para garantir a conformidade com as normas contábeis aplicáveis e para refletir adequadamente os valores patrimoniais da universidade.

Foram realizados ajustes na reserva de reavaliação de bens imóveis, conforme a MSG COMUNICA 2024/3543956, totalizando R\$ 56,460 milhões. Essas movimentações representam a regularização e a adequação dos saldos da reserva de reavaliação, com o objetivo de assegurar que a

contabilidade da instituição reflita corretamente os valores dos seus bens imóveis, de acordo com os procedimentos contábeis estabelecidos.

Além disso, foi realizada uma transferência de saldo de R\$ 3.181.940,62, que foi reclassificado de acordo com os novos procedimentos contábeis, passando da conta 23611.02.00 - Reavaliação de Bens Imóveis - RIP para a conta correta 36111.02.00, conforme a Macrofunção 021006 e as orientações da NBC TSP 07. Esse ajuste foi parte de uma regularização sistemática que visa garantir a precisão dos registros contábeis no SIAFI.

Esses ajustes não indicam erro, mas sim um processo contínuo de adequação dos saldos contábeis, em função da adoção de novos procedimentos e da necessidade de regularizações dentro do sistema financeiro e contábil de acordo com as orientações das Setoriais de Contabilidade superiores. Eles são essenciais para assegurar que os valores dos bens imóveis da universidade estejam corretamente refletidos e em conformidade com as normas contábeis e fiscais, permitindo uma gestão patrimonial transparente e eficiente.

4.11. Desincorporação de Passivos

No exercício de 2023, a Receita Federal do Brasil (RFB) instituiu a obrigatoriedade do preenchimento e envio da EFD-REINF, destinada à declaração de retenções relativas a pagamentos efetuados por órgãos públicos, e do E-Social, para retenções relacionadas a serviços que configurem relação de trabalho. Essas mudanças trouxeram impactos significativos à rotina de recolhimento do DARF numerado, referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), alterando a sistemática de sua apuração e pagamento.

Após o envio dessas obrigações acessórias, as informações tributárias são integradas à DCTFWeb, que deve ser transmitida à RFB até o dia 15 do mês subsequente ao fato gerador. A partir da DCTFWeb, ocorre a geração do DARF numerado, cujo pagamento deve ser realizado até o dia 20 do mês subsequente ao fato gerador.

Essa nova sistemática impactou diretamente os procedimentos de liquidação de despesas no SIAFI, gerando obrigação de curto prazo no passivo cujo pagamento obedece aos prazos estabelecidos na legislação tributária vigente. Mesmo que a despesa principal seja liquidada por outra Unidade Gestora (Filial), o recolhimento da retenção via DARF numerado é de responsabilidade da Unidade Gestora matriz. Esse procedimento acarreta a desincorporação do passivo na UG que realizou a liquidação da despesa (principal) e a incorporação do passivo na UG matriz, responsável pelo recolhimento da obrigação tributária. Este fato, acarreta uma transferência de passivo entre Unidades Gestoras (filial e matriz).

Nas Demonstrações das Variações Patrimoniais consolidadas, as desincorporações de passivos são apresentadas como variações patrimoniais aumentativas, enquanto as incorporações de passivos são registradas como variações patrimoniais diminutivas, em conformidade com o método de recolhimento do DARF numerado.

Além deste, No exercício analisado, foi registrada a baixa de R\$ 38,8 milhões classificados como Transferências Financeiras a Comprovar, decorrente da entrega do objeto previsto no Termo de Execução Descentralizada (TED) recebido.

As Transferências Financeiras a Comprovar representam um passivo registrado pela entidade que recebe recursos financeiros por meio de TEDs, com o objetivo de desenvolver atividades em cooperação com outros

órgãos. O reconhecimento desse passivo ocorre porque a entidade recebedora assume uma obrigação perante o órgão transferidor, a qual só será extinta após a entrega do objeto do termo e a consequente aprovação das contas relacionadas.

Portanto, a desincorporação desse passivo é realizada apenas quando o objeto do TED é efetivamente entregue e a prestação de contas é aprovada pela entidade transferidora. No caso em questão, a baixa dos R\$ 38,8 milhões reflete o cumprimento das obrigações pactuadas no TED, indicando a regularização da transferência no âmbito do passivo financeiro.

4.12. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido (PL) representa a diferença entre os ativos e os passivos de uma entidade, refletindo seu valor contábil e a capacidade de geração de recursos próprios. Ele é composto por diversos elementos, como capital social, reservas de reavaliação, reservas de lucros ou prejuízos acumulados, além de ajustes patrimoniais decorrentes de exercícios anteriores. No setor público, a gestão do patrimônio líquido segue as diretrizes estabelecidas pelas normas brasileiras de contabilidade, garantindo transparência e confiabilidade na demonstração da posição financeira da entidade.

A reserva de reavaliação é um dos componentes do patrimônio líquido e decorre da reavaliação de ativos, principalmente bens imóveis e equipamentos. Esse procedimento busca adequar os valores contábeis dos bens ao seu real valor econômico, conforme determinado por normativos específicos. Caso a reavaliação resulte em um aumento do valor do ativo, esse acréscimo deve ser registrado como reserva no patrimônio líquido. Por outro lado, eventuais reduções no valor contábil dos bens podem impactar

diretamente o resultado do período, salvo quando há saldo suficiente na reserva para absorver a perda.

Além das reservas de reavaliação, o patrimônio líquido também pode ser influenciado por superávits ou déficits do exercício e de exercícios anteriores, refletindo o resultado acumulado das operações da entidade ao longo do tempo. Ajustes de exercícios anteriores também podem ser registrados, corrigindo eventuais inconsistências contábeis e aprimorando a qualidade das demonstrações financeiras.

Quadro XVI – Patrimônio Líquido – R\$

Patrimônio Líquido	dez-24	dez-23
Reserva de Reavaliação	398.516.297	474.324.936
Superávits ou Déficits do Exercício	185.440.945	(80.294.574)
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	1.474.162.895	1.553.493.413
Ajustes de Exercícios Anteriores	684.940	(80.382)
Total	2.058.805.078	1.947.443.393

4.13. Destaque Recebido

Universidade Federal Fluminense recebeu no exercício de 2024 o total de R\$87,050 milhões referentes a recursos financeiros, por Termo de Execução Descentralizada (TED), que refletem a cooperação entre Órgãos e entidades para o desenvolvimento de diversas atividades. No exercício, foram identificados repasses provenientes de diferentes unidades gestoras e instituições, totalizando valores significativos para áreas estratégicas, como educação, saúde, assistência social, e igualdade racial.

Quadro XVII – Destaque Recebido – R\$

UG	Unidade	2024
20202	FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA	9.937
20403	FUNDACAO CASA DE RUI BARBOSA	5.680
20412	FUNDACAO NACIONAL DE ARTES	325.000
22201	INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	16.612.928
24000	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	914.500
26000	MINISTERIO DA EDUCACAO	22.976.346
26201	COLEGIO PEDRO II	2.172
26232	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	16.800
26234	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	2.508
26237	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	12.708
26240	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	1.178
26242	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	2.012
26244	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	637
26246	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	4.524
26256	CENTRO FED.EDUC.TECN.CELSO SUCKOW DA FONSECA	282.360
26258	UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA	246
26262	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO	646
26269	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO RIO DE JANEIRO	3.444
26271	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA	10.437
26274	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA	10.910
26290	INST.NACIONAL DE EST.E PESQUISAS EDUCACIONAIS	357.517

26291	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	2.606.562
26298	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	2.024.101
26421	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA	70.913
30000	MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA	1.860.000
36000	MINISTERIO DA SAUDE	6.682.021
46000	MIN.DA GEST.E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICO	12.387
51000	MINISTERIO DO ESPORTE	500.000
52131	COMANDO DA MARINHA	337.431
52132	COMANDO DA MARINHA - FUNDO NAVAL	138.000
53000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIONAL	165.110
55000	MIN.DESENV.E ASSIT.SOCIAL,FAM.E COMBATE FOME	5.685.135
65000	MINISTERIO DAS MULHERES	800.000
67000	MINISTERIO DA IGUALDADE RACIAL	18.016.535
81000	MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	2.600.000
84000	MINISTERIO DOS POVOS INDIGENAS	4.000.000
		87.050.683

Destacam-se os repasses realizados por grandes órgãos, como o Ministério da Educação, que transferiu R\$ 22.976.345,60, seguido pelo Ministério da Igualdade Racial, com R\$ 18.016.534,60, e o Ministério da Saúde, com R\$ 6.682.020,96. Essas transferências visam garantir a execução de ações voltadas ao fortalecimento das políticas públicas nos respectivos setores.

Além disso, outras instituições, como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (R\$ 2.024.101,33) e a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (R\$ 2.606.561,52),

contribuíram com repasses significativos para o desenvolvimento de programas educacionais e de pesquisa.

O destaque também incluiu recursos destinados ao Ministério dos Povos Indígenas (R\$ 4.000.000,00), evidenciando o compromisso com a valorização e proteção das comunidades indígenas, e ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (R\$ 2.600.000,00), que reforça a pauta de direitos humanos e inclusão social.

4.14. Ajuste de Exercícios Anteriores

No exercício de 2024, foram realizados ajustes contábeis referentes a exercícios anteriores, visando à reclassificação de saldos contábeis e à adequação das demonstrações financeiras em conformidade com as normas contábeis aplicáveis ao setor público.

Dentre os ajustes efetuados no mês de janeiro de 2024, destacam-se as reclassificações dos saldos da conta 237110300 – Ajuste de Exercícios Anteriores da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos – para a conta 237110201 – Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores. Essas reclassificações foram realizadas pela **Secretaria do Tesouro Nacional (STN)**, com o objetivo de promover a correta apresentação dos saldos patrimoniais.

Além disso, ao longo do exercício, foram realizadas conciliações entre os sistemas SIAFI e SPIUNET, conforme orientações do Ministério da Educação e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Tais conciliações abrangeram a depreciação acumulada, garantindo a fidedignidade das informações patrimoniais e sua aderência aos relatórios extraídos do Sistema de Administração Patrimonial (SISAP).

Quadro XVIII – Ajuste de Exercícios Anteriores – R\$

Mês	Histórico	Crédito (R\$)	Débito (R\$)
JAN/2024	RECLASSIFICACAO DOS SALDOS DA CTA 237110300 – AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES DA ADMINISTRACAO DIRETA, AUTARQUIAS, FUNDACOES E FUNDOS PARA A CONTA 237110201 SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES (MES DE ABERTURA).	0,00	138,28
JAN/2024	RECLASSIFICACAO DOS SALDOS DA CTA 237110300 – AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES DA ADMINISTRACAO DIRETA, AUTARQUIAS, FUNDACOES E FUNDOS PARA A CONTA 237110201 SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES (MES DE ABERTURA).	81.013,98	0,00
JAN/2024	RECLASSIFICACAO DOS SALDOS DA CTA 237110300 – AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES DA ADMINISTRACAO DIRETA, AUTARQUIAS, FUNDACOES E FUNDOS PARA A CONTA 237110201 SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES (MES DE ABERTURA).	0,00	91,68
JAN/2024	RECLASSIFICACAO DOS SALDOS DA CTA 237110300 – AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES DA ADMINISTRACAO DIRETA, AUTARQUIAS, FUNDACOES E FUNDOS PARA A CONTA 237110201 SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES (MES DE ABERTURA).	0,00	402,01
MAI/2024	CONCILIACAO SIAFI X SPIUNET REFERENTE A DEZ2023, CONFORME ORIENTACAO SETORIAL CONTABILIDADE DO MINISTERIO DA EDUCACAO MEC	1.504.898,54	0,00
JUN/2024	CONCILIACAO SIAFI X SPIUNET ATE MAIO DE 2024, CONFORME ORIENTACAO SETORIAL CONTABILIDADE DO MINISTERIO DA EDUCACAO MEC, CONFORME PLANILHA DE DEPRECIACAO DIVULGADA PELO MINISTERIO DA GESTAO E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICOS.	24.139,08	0,00
JUL/2024	BAIXA DE OBRAS EM ANDAMENTO EM RAZAO DE RESCISAO DOS CONTRATOS 09/18 E 23/18, EMPRESA VS LEAL CONSTRUCAO E ENGENHARIA EIRELI.	0,00	100.492,03
JUL/2024	BAIXA DE OBRAS EM ANDAMENTO, EMPRESA LLED SOLUCOES INSTALACOES E REFORMAS, PROCESSO 23069.156448/2020-40, CONTRATO 16/2019	0,00	11.186,71
JUL/2024	BAIXA DE OBRAS EM ANDAMENTO EM RAZAO DE RESCISAO DO CONTRATO 15/2014.	0,00	88.862,95

JUL/2024	BAIXA DE OBRAS EM ANDAMENTO EM RAZAO DE RESCISAO DO CONTRATO 09/2011.	0,00	61.524,83
SET/2024	AJUSTE DE CONCILIAÇÃO DA DEPRECIACAO ACUMULADA REGISTRADA NO SIAFI, CONFORME PLANILHA EMITIDA PELA SPU, COMPLEMENTANDO MANUALMENTE AS REGULARIZACOES DECORRENTES DA REAVALIACAO DE IMOVEIS E DA CONSEQUENTE BAIXA DA RESPECTIVA DEPRECIACAO ACUMULADA	21.084,59	0,00
OUT/2024	APROPRIACAO DA DEPRECIACAO MENSAL REFERENTE AO MES DE OUTUBRO DE 2024, NOS TERMOS DA MACROFUNCAO 020330, COM BASE NO RELATORIO DE DEPRECIACAO EXTRAIDO DO SISAP – SISTEMA DE ADMINISTRACAO PATRIMONIAL DA UFF, NO VALOR TOTAL DE R\$ 33.789,11	749,79	0,00
OUT/2024	APROPRIACAO DA DEPRECIACAO MENSAL REFERENTE AO MES DE OUTUBRO DE 2024, NOS TERMOS DA MACROFUNCAO 020330, COM BASE NO RELATORIO DE DEPRECIACAO EXTRAIDO DO SISAP – SISTEMA DE ADMINISTRACAO PATRIMONIAL DA UFF, NO VALOR TOTAL DE R\$ 684.790,70	8.244,35	0,00
OUT/2024	APROPRIACAO DA DEPRECIACAO MENSAL REFERENTE AO MES DE SETEMBRO DE 2024, NOS TERMOS DA MACROFUNCAO 020330, COM BASE NO RELATORIO DE DEPRECIACAO EXTRAIDO DO SISAP – SISTEMA DE ADMINISTRACAO PATRIMONIAL DA UFF, NO VALOR TOTAL DE R\$ 9.989,34.	10.809,24	0,00
OUT/2024	APROPRIACAO DA DEPRECIACAO MENSAL REFERENTE AO MES DE OUTUBRO DE 2024, NOS TERMOS DA MACROFUNCAO 020330, COM BASE NO RELATORIO DE DEPRECIACAO EXTRAIDO DO SISAP – SISTEMA DE ADMINISTRACAO PATRIMONIAL DA UFF, NO VALOR TOTAL DE R\$ 7.001,50.	2.857,75	0,00
NOV/2024	BAIXA DE OBRAS EM ANDAMENTO, EMPRESA RECRIAR ENGENHARIA E ADMINISTRACAO LTDA. CONTRATO 23/2010 PROCESSO 23069.008881/2010-06.	0,00	229.525,48
NOV/2024	CONCILIAÇÃO SIAFI X SPIUNET ATE OUTUBRO DE 2024, CONFORME ORIENTACAO SETORIAL CONTABILIDADE DO MINISTERIO DA EDUCACAO MEC, CONFORME PLANILHA DE DEPRECIACAO DIVULGADA PELO MINISTERIO DA GESTAO E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICOS.	1.100,88	0,00
NOV/2024	APROPRIACAO DA DEPRECIACAO MENSAL, REFERENTE AO MES DE OUTUBRO/2024, NOS TERMOS DA MACROFUNCAO 020330, COM BASE NO RELATORIO DE DEPRECIACAO, EXTRAIDO DO SISAP – SISTEMA DE ADMINISTRACAO PATRIMONIAL DA UFF, NO VALOR DE R\$ 22.712,79.	47,07	0,00

DEZ/2024	BAIXA DE OBRAS EM ANDAMENTO EM ANGRA DOS REIS, EMPRESA CONSTROI ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA , CONTRATO 43/2019, PROCESSO 23069.156353/2020-26.	0,00	397.445,25
DEZ/2024	APROPRIACAO DA DEPRECIACAO MENSAL REFERENTE AO MES DE DEZEMBRO DE 2024, NOS TERMOS DA MACROFUNCAO 020330, COM BASE NO RELATORIO DE DEPRECIACAO EXTRAIDO DO SISAP – SISTEMA DE ADMINISTRACAO PATRIMONIAL DA UFF, NO VALOR TOTAL DE R\$ 33,731.02	46,41	0,00
Total		1.654.991,68	889.669,22

4.15. Resultado Orçamentário

O exercício financeiro de 2024 da Universidade Federal Fluminense (UFF) reflete tanto os desafios quanto os sucessos da instituição na gestão de suas receitas e despesas, com um quadro orçamentário que evidencia a complexidade da administração pública. A análise das receitas realizadas, com destaque para o superávit de **R\$ 2.273.273**, revela um desempenho financeiro positivo, superando as previsões iniciais.

Quadro XIX – Receita Orçamentárias – R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	R\$25.265.004	R\$27.538.277	R\$2.273.273
Receitas Tributárias	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-
Receita Patrimonial	R\$2.430.353	R\$1.905.131	(R\$525.222)
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	R\$34.043	R\$38.321	R\$4.278
Receitas de Serviços	R\$22.757.847	R\$25.381.970	R\$2.624.123
Transferências Correntes	-	-	-
Outras Receitas Correntes	R\$42.761	R\$212.855	R\$170.094
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
	R\$25.265.004	R\$27.538.277	R\$2.273.273

Receita própria é toda receita que ingressa na conta única vinculada à UFF através do pagamento de uma Guia de Recolhimento da União. A Divisão de Apropriação Financeira, pertencente à Coordenação Financeira – COFIN do Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF, faz a classificação de toda receita arrecadada por fontes de recurso. As fontes indicam a quem pertence a arrecadação, seja a uma Pró-Reitoria, um projeto, uma unidade, um departamento, etc.

A Universidade Federal Fluminense (UFF), no exercício de 2024, apresentou um panorama diversificado em suas fontes de receita, refletindo a amplitude de suas atividades e serviços prestados à sociedade. O montante total de receita bruta foi R\$28,485 milhões e de Receita líquida arrecadada foi de **R\$ 27,538 milhões**, composto por uma variedade de tipos de arrecadação, que vão desde aluguéis de imóveis até serviços educacionais e administrativos.

Quadro XX – Receita Líquida – R\$

Tipos de Receita	2024	2023
SERVICOS EDUCACIONAIS	17.377.279	20.436.730
SERVICOS ADMINISTRATIVOS	4.999.386	4.198.103
ALUGUEIS	1.886.480	2.135.545
TAXA DE INSCRICAO EM CONCURSO PUBLICO	786.782	2.181.877
SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	600.509	828.530
SERVICOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTACAO	578.927	870.612
SERVICOS RECREATIVOS E CULTURAIS	457.189	335.536
SERVICOS VETERINARIOS	456.322	478.610
MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	212.855	4.586
SERV.COMERC.LIVROS,PERIOD,MAT ESC E DE PUBLIC	78.189	152.980

RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	38.321	36.638
SERVICOS DE COMERCIALIZACAO DE MEDICAMENTOS	29.346	2.348
TAXA DE USO DE IMOVEIS	18.651	27.384
INTRA-SERVICOS ADMINISTRATIVOS	17.500	0
TAXA DE INSCRICAO EM VESTIBULAR	340	0
TAXA CONFECCAO DIPLOMAS	200	200
OUTRAS RESTITUICOES	-	27.221
TRANSFER R.CAP OUTRAS INSTITUICOES PUBLICAS	-	18.000.000
	27.538.277	49.716.900

Em primeiro plano, destaca-se a receita com serviços educacionais, que, com R\$ 17.377.279, representa a maior fatia do total arrecadado. Este valor evidencia o papel fundamental da educação superior, além de refletir o grande número de alunos e a importância da universidade para a formação acadêmica e profissional no Brasil.

Outro ponto relevante é o segmento de serviços administrativos, que contribui com R\$ 4.999.386 para o total de receitas líquidas. Este valor ressalta a relevância da gestão interna da universidade, que envolve diversos serviços e processos administrativos.

A diversificação das fontes de receita da UFF também é visível em segmentos como os serviços recreativos e culturais, que, apesar de uma dedução expressiva de R\$ 240.843, geraram uma receita líquida de R\$ 457.189. Isso demonstra o papel complementar das atividades culturais e recreativas no orçamento da universidade, que além de proporcionar um ambiente acadêmico mais completo, contribui para a integração da comunidade universitária com a sociedade.

No entanto, alguns tipos de recolhimento apresentam sazonalidade como taxas de inscrição em concursos e vestibulares organizados pela UFF. A rubrica gerou para a UFF o montante de R\$ 787 mil de receita líquida.

Em resumo, a UFF, ao longo do exercício de 2024, demonstrou a importância de uma gestão diversificada e transparente das receitas. O desafio da universidade continua sendo equilibrar suas fontes de arrecadação, garantir a alocação eficiente dos recursos e, ao mesmo tempo, manter seu compromisso com a educação, a pesquisa e o serviço à sociedade. Essa combinação de esforços é fundamental para assegurar a continuidade e o crescimento da instituição, promovendo o desenvolvimento acadêmico e cultural no Brasil.

A Universidade Federal Fluminense (UFF) apresentou, no exercício de 2024, um balanço orçamentário com ênfase na execução das despesas correntes e de capital, refletindo sua missão institucional de promover ensino e pesquisa de qualidade, com foco no atendimento ao interesse público e não na obtenção de lucro.

A maior parte do orçamento foi direcionada às despesas correntes, com destaque para as despesas com pessoal e encargos sociais, que representam a principal obrigação da universidade. O valor empenhado para essa categoria foi de R\$2.322.207.293, com um saldo positivo de R\$38.540.863, indicando que o orçamento foi executado de forma equilibrada, com um pequeno superávit. Por outro lado, as outras despesas correntes registraram um total empenhado de R\$423.913.605, superior à dotação inicial de R\$341.739.750, que se explica pela execução de despesas decorrentes de repasses recebidos via TED para desenvolvimento de projetos em atendimento a outros Órgãos e Entidades.

As despesas de capital apresentaram saldo de R\$11.333.436, superior à dotação inicial de R\$10.926.400, mas com uma execução de apenas R\$3.515.410. Isso resulta em um saldo negativo de R\$407.036, que do mesmo modo das despesas correntes se deve também à execução de TED em parceria com outros Órgãos.

No exercício de 2023, foi executada uma transferência de capital no valor de R\$ 18 milhões, recebida por meio de doação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), conforme disposto na Lei nº 9.932/2021. Esse recurso foi destinado ao biotério central, como base para o desenvolvimento de pesquisas científicas sobre a COVID-19.

No exercício de 2024, essa transferência de capital não ocorreu, o que explica a variação nos valores apresentados em relação ao período anterior.

4.16. Resultado Patrimonial

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) da Universidade Federal Fluminense (UFF) referente aos exercícios de 2024 e 2023 evidencia mudanças significativas em diversas rubricas do patrimônio institucional, refletindo ajustes operacionais, de receitas e despesas, e a gestão dos ativos e passivos. A análise desses dados permite compreender os impactos no patrimônio da instituição, que são divididos em variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

4.16.1. Variações Patrimoniais Aumentativas

As variações patrimoniais aumentativas apresentaram um crescimento global de 12% no exercício de 2024 em relação a 2023, passando de R\$ 3.174.596.304 para R\$ 3.567.448.620. O maior destaque foi para as *Transferências e Delegações Recebidas*, que constituem 89% da totalidade dessas variações, com um aumento de 5%, refletindo o incremento das transferências intragovernamentais que subiram 5%, totalizando R\$ 3.150.148.286. O item engloba, principalmente, as transferências de recurso orçamentários e financeiros do Tesouro Nacional para pagamento da folha de pessoal, impactada pelo reajustes remuneratórios concedidos pelo Governo Federal em 2024.

A geração de receitas por meio da *Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos* apresentou uma redução de 14% comparado ao exercício de 2023, quando a UFF arrecadou R\$3,995 a mais que o previsto para arrecadação própria. O desempenho de 2024, embora em termos de receita própria tenha sido inferior ao ano passado, mostrou um bom desempenho e a receita realizada superou, do mesmo modo, a receita prevista para o exercício.

A rubrica de *Valorização e Ganhos com Ativos* teve aumento de 322%, alcançando R\$ 350.964.881. Este fato se deve à incorporação ou reclassificação de Imóveis no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET. A reclassificação ocorre quando há desmembramentos ou ajustes no Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) do imóvel, cujo o impacto mesmo que seja de natureza apenas permutativa, na dinâmica contábil sistêmica normatizada pela Secretaria do Tesouro Nacional, transita em contas de resultado como variação patrimonial aumentativa ou diminutiva. No anexo I no fim deste Relatório consta o demonstrativo das reavaliações e ajustes realizados pela CAP/SAEP.

A desincorporação de passivos também apresentou papel relevante na composição do resultado patrimonial em razão da aprovação das contas de Termos de Execução Descentralizada – TED firmados com a UFF e consequente baixa do passivo correlacionado³.

4.16.2. Variações Patrimoniais Diminutivas

As variações patrimoniais diminutivas, por sua vez, cresceram 6% no período, indo de R\$ 3.254.890.878 para R\$ 3.438.468.567. A maior contribuição veio das despesas com *Pessoal e Encargos*, que representaram 41% do total das variações diminutivas, com um aumento de 7%, especialmente em função dos custos com *Remuneração a Pessoal*, que subiram 6%. A rubrica de *Benefícios Previdenciários e Assistenciais* também aumentou, refletindo uma alta de 3%, o que pode estar relacionado a ajustes nos benefícios pagos aos servidores. Tal fato se deve aos reajustes concedidos aos Servidores Federais da Educação no exercício de 2024.

Em relação às despesas com *Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo*, houve um incremento de 10%, principalmente devido ao aumento nas despesas com serviços.

A rubrica de *Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos* também demonstrou crescimento de 9%, impactando o patrimônio devido à depreciação dos ativos e incorporação de passivos. Dentre os passivos incorporados destacam-se os recursos recebidos via Termo de Execução Descentralizada, que ficam registrados no passivo até a entrega do objeto pactuado e a aprovação das contas.

4.16.3. Resultado Patrimonial do Período

O resultado patrimonial do período foi positivo em R\$ 128.980.054, após um resultado negativo de R\$ 80.294.574 em 2023. A variação positiva reflete impacto das transferências recebidas e movimentações/reclassificações de bens imóveis. O desempenho deve ser monitorado com atenção, buscando manter o equilíbrio entre as variações aumentativas e diminutivas, entender as mutações patrimoniais e observar eventuais anormalidades nas despesas e intervir buscando garantir a saúde financeira e o cumprimento das metas orçamentárias da instituição.

³ As Transferências Financeiras a Comprovar são passivos registrados quando uma entidade recebe recursos via TEDs para desenvolver atividades em cooperação com outros órgãos. A baixa desse passivo ocorre apenas após a entrega do objeto pactuado e a aprovação das contas.

4.17. Resultado Financeiro

No exercício de 2024, o cálculo do resultado financeiro baseou-se na consolidação de receitas e despesas classificadas de acordo com os normativos contábeis aplicados ao setor público, especialmente as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica do Setor Público (NBC TSP). Dessa forma, foram considerados três grandes grupos de receitas: as receitas orçamentárias, as transferências financeiras recebidas e os recebimentos extraorçamentários. Por outro lado, no campo das despesas, foram apurados os valores referentes às despesas orçamentárias, transferências financeiras concedidas e pagamentos extraorçamentários.

Para a determinação do resultado, foram considerados os seguintes componentes:

Quadro XXI – Resultado Financeiro – R\$

Resultado Financeiro	Valores (R\$)
Receitas Orçamentárias	R\$27.538.277
Transferências Financeiras Recebidas	R\$3.150.148.286
Recebimentos Extraorçamentários	R\$260.391.859
Despesas Orçamentárias	(R\$2.757.454.334)
Transferências Financeiras Concedidas	(R\$446.724.020)
Pagamentos Extraorçamentários	(R\$258.702.631)
	(R\$24.802.562)

No total, as receitas financeiras registraram o montante de R\$ 3.438.078.422, sendo compostas pelas receitas orçamentárias no valor de R\$ 27.538.277, transferências financeiras recebidas no montante de R\$ 3.150.148.286 e pelos recebimentos extraorçamentários de R\$ 260.391.859. Esses valores evidenciam a relevância das transferências recebidas, que representam a principal fonte de recursos para a universidade, refletindo a dependência do financiamento público para o custeio de suas atividades institucionais.

Por outro lado, as despesas financeiras totalizaram R\$ 3.462.881.985, sendo compostas por despesas orçamentárias no valor de R\$ 2.757.454.334, transferências financeiras concedidas que atingiram R\$ 446.724.020 e pagamentos extraorçamentários de R\$ 258.702.631. O montante de despesas reflete a execução financeira necessária para atender às demandas institucionais, abrangendo desde a realização de despesas obrigatórias até a destinação de recursos para terceiros ou unidades gestoras filiais, como repasses, subrepasses e descentralizações financeiras.

Com base na apuração das receitas e despesas financeiras, o resultado financeiro do exercício de 2024 foi negativo em R\$ 24.802.562. Este déficit destaca a necessidade de maior atenção à gestão fiscal da instituição, apontando para a realidade operacional da UFF. Destaca-se a dependência estrutural de transferências financeiras recebidas do Tesouro nacional para suprir sua estrutura de ensino público e de qualidade, apresentando um cenário e uma realidade de menor autonomia financeira.

5

Declaração do Contador

Declaro que as demonstrações contábeis presentes neste Relatório Contábil de Propósito Geral, elaborado tendo como base legal a Lei nº 4.320/1964, Decreto-Lei nº 200/1967, Decreto nº 93.872/1986, Lei nº 10.180/2001 e Lei Complementar nº 101/2000, além das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial desta unidade jurisdicionada, exceto no tocante ao seguinte item.

Registro de depreciação de bens móveis não contempla a totalidade de bens da Instituição, tendo em vista que o inventário de bens realizado no exercício é inferior a 92% do total reconhecido nas demonstrações contábeis.

Na condição de Contador Responsável pelas Demonstrações Contábeis da Universidade Federal Fluminense, declaro ciência das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Niterói, 30 de janeiro de 2025.

RAFAEL LINES LESSA

CONTADOR RESPONSÁVEL - CRC-RJ 110183/O-7

COORDENADOR DE CONTABILIDADE – CCONT/DCF

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF



6 Anexos

Anexo I – Reavaliações imobiliárias realizadas pela DPI/CAP/SAEP no ano de 2024 – 1º e 2º semestre

Município	Endereço	Nomenclatura do imóvel	RIP Imóvel	RIP Utilização / denominação da utilização	Valores anteriores à reavaliação			Valores obtidos na reavaliação			Valor referente à valorização ou à desvalorização	Observações
					Valor do Terreno	Valor da Benfeitoria	Valor do imóvel	Valor do Terreno	Valor da Benfeitoria	Valor do imóvel		
Niterói-RJ	Rua Lara Vilela, nº 126, São Domingos Niterói-RJ	Campus IACS	5865 00096.500-9	RIP utilização existente - 5865 00023.500-0 - Bloco A	R\$ 1.114.963	R\$ 6.095.076	R\$ 7.210.039	R\$ 1.594.952	R\$ 1.203.305	R\$ 2.798.257	R\$ 22.852.921	Reavaliação Rigorosa com inclusão de 04 (quatro) RIPs imóvel
				Novo RIP criado - 5865 00294.500-5 - Bloco B	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 2.430.147	R\$ 1.413.998	R\$ 3.844.145		
				Novo RIP criado - 5865 00295.500-0 - Bloco C	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 10.018.837	R\$ 7.545.863	R\$ 17.564.700		
				Novo RIP criado - 5865 00296.500-64 - Bloco D	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 2.942.042	R\$ 1.885.182	R\$ 4.827.224		
				Novo RIP criado 5865 00297.500-1 - Imóveis Funcionais - Casa 01 e Casa 02	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 775.493	R\$ 255.726	R\$ 1.028.633		

Valor total para o Campus do IACS					R\$ 1.114.963	R\$ 6.095.076	R\$ 7.210.039	R\$ 17.758.886	R\$ 12.304.074	R\$ 30.062.960		
Niterói-RJ	Rua Passos da Pátria, nº 156, São Domingos Niterói-RJ	Escolas de Engenharia e Arquitetura – Campus da Praia Vermelha	55865 00088.500-5	RIP existente – 5865 00008.500-9- Casarão Escola de Arquitetura	R\$ 4.241.372	R\$ 64.484.408	R\$ 68.725.780	R\$ 1.557.384	R\$ 2.935.040	R\$ 4.492.424	R\$ 43.830.619	Reavaliação Rigorosa com inclusão de 09 (nove) RIPs imóvel
				Novo RIP Criado – 5865 00298.500-7 – Chalé Escola de Arquitetura	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 542.306	R\$ 725.646	R\$ 1.267.952		
				Novo RIP criado – 5865 00299.500-2 – Prédio Anexo Escola de Arquitetura	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 139.593	R\$ 339.995	R\$ 479.588		
				Novo RIP criado – 5865 00300.500-6 – Edificação de guarda de materiais de manutenção e Carpintaria	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 236.805	R\$ 211.315	R\$ 448.119		
				Novo RIP criado – 5865 00301.500-1 – Bloco D Escola de Engenharia	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 18.715.502	R\$ 42.791.619	R\$ 61.507.121		
				Novo RIP criado – : 5865 00302.500-7 – Bloco E Escola de Engenharia	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 10.682.705	R\$ 24.369.559	R\$ 35.055.264		
				Novo RIP criado – 5865 00303.500-2 – Restaurante Universitário e posto médico	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 473.351	R\$ 1.172.038	R\$ 1.646.389		

				Novo RIP criado – 5865 00304.500-8 – Prédio do Diretório acadêmico e serviços permissionários	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 619.417	R\$ 1.494.742	R\$ 21.141.620		
				Novo RIP criado – 5865 00305.500-30-- Biblioteca da Escola de Engenharia	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 1.539.981	R\$ 3.595.684	R\$ 5.135.665		
				Novo RIP criado – 5865 00306.500-9 – LIPFaR	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 128.276	R\$ 281.438	R\$ 409.715		
				Valor Total para as Escolas de Engenharia e Arquitetura – Campus da Praia Vermelha	R\$ 4.241.372	R\$64.484.408	R\$ 68.725.780	R\$ 34.639.324	R\$ 77.917.076	R\$112.556.399		
Niterói-RJ	Rua Presidente Pedreira, nº 54, Ingá	Campus da Faculdade de Direito I	5865 00101.500-4	RIP existente – 5865 00028.500-8 – Prédio Principal Tombado	R\$ 12.098.060	R\$ 13.054.970	R\$ 25.153.030	R\$ 9.121.782	R\$ 9.612.549	R\$ 18.734.330	R\$ 8.514.877	Reavaliação Rigorosa com inclusão de 05 (cinco) RIPs imóvel
				Novo RIP criado – 5865 00308.500-0 – Prédio Anexo	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 5.273.201	R\$ 4.474.261	R\$ 9.747.462		
				Novo RIP criado – 5865 000309.500-5 – Ginásio	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 3.276.228	R\$ 1.299.053	R\$ 4.575.281		
				Novo RIP criado – 5865 00310.500-0 – Edificação de guarda de material de manutenção	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 193.549	R\$ 34.161	R\$ 227.710		

				Novo RIP criado – 5865 00311.500-6 Guarita	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 93.872	R\$ 91.925	R\$ 185.797		
				Novo RIP criado 5865 00313.500-7– Subestação	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 121.806	R\$ 75.520	R\$ 197.326		
Valor Total para o Campus da Faculdade de Direito I					R\$ 12.098.060	R\$ 13.054.970	R\$ 25.153.030	R\$ 18.080.438	R\$ 15.587.469	R\$ 33.667.907		
Niterói-RJ	Rua Tiradentes nº 17, Ingá	Campus da Faculdade de Direito II (Antiga Faculdade de Economia)	5865 00095.500-3	RIP existente - 5865 00009.500-4 – Prédio Principal Tombado	R\$ 1.118.276	R\$ 9.397.270	R\$ 10.515.545	R\$ 3.091.043	R\$ 1.889.995	R\$ 4.981.038	R\$ 13.961.190	Reavaliação Rigorosa com inclusão de 03 (três) RIPs imóvel
				Novo RIP criado – 5865 00314.500-2 Prédio Anexo	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 1.410.729	R\$ 437.736	R\$ 1.848.464		
				Novo RIP criado – 5865 00315.500- 8 Prédio de Biblioteca e Salas de Aula	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 11.406.827	R\$ 6.175.073	R\$ 17.581.900		
				Novo RIP criado- 5865 00316.500-3 – Subestação	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 45.196	R\$ 20.137	R\$ 65.332		
Valor Total para o Campus da Faculdade de Direito II					R\$ 1.118.276	R\$ 9.397.270	R\$ 10.515.545	R\$ 15.953.794	R\$ 8.522.941	R\$ 24.476.735		
Niterói-RJ	Rua Mario Santos Braga, s/n, Centro	Faculdade de Odontologia (e Faculdade de Nutrição e Administração)	5865 00108.500-2	RIP existente – 5865 00057.500-6 – Faculdade de Odontologia	R\$ 5.211.215	R\$ 9.434.190	R\$ 14.645.405	R\$ 2.140.586	R\$ 7.946.472	R\$ 10.087.059	R\$ 23.455.065	Reavaliação Rigorosa com inclusão de 01 (um) RIP imóvel

				Novo RIP criado – 5865 00318.500-4 – Prédio Faculdades de Odontologia, Nutrição e Administração	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 7.196.738	R\$ 20.816.674	R\$ 28.013.412		
Valor Total para a Faculdade de Odontologia					R\$ 5.211.215	R\$ 9.434.190	R\$ 14.645.405	R\$ 9.337.324	R\$ 28.763.147	R\$ 38.100.470		
Angra dos Reis- RJ	Estrada Vereador Benedito Adelino, s/n, Retiro Cunhambe be	Novo Polo IEAR	5801 00402.500-4	5801 00403.500-0	R\$ 7.342.497	R\$ 3.671.249	R\$ 11.013.746	R\$ 7.342.497	R\$ 6.137.413	R\$ 13.479.910	R\$ 2.466.164	Atividade conjunta DCF e DPI para compatibilização de saldo SIAFI e SPIUnet em baixa contábil, conforme item 12 do manual do SPIUnet. Referente às obras de reforma e construção dos Blocos A, B e C, Contrato nº 43/2019, Processo SEI 260369.156353/202 0-26.
Angra dos Reis- RJ	Estrada Vereador Benedito Adelino, s/n, Retiro Cunhambe be	Novo Polo IEAR	5801 00402.500-4	RIP existente – 5801 00403.500-0 – Casarão	R\$ 7.342.497	R\$ 6.137.413	R\$ 13.479.910	R\$ 13.639.230	R\$ 2.822.080	R\$ 16.461.310	R\$ 14.225.347	Reavaliação Rigorosa com inclusão de 06 (seis) RIPs imóvel
				Novo RIP criado – 5801 00465.500-8– Guarita e Subestação	x	x	x	R\$ 1.591.244	R\$ 383.739	R\$ 1.974.982		
				Novo RIP criado– 5801 00466.500-3– Bloco A	x	x	x	R\$ 2.211.209	R\$ 529.749	R\$ 2.740.957		

				Novo RIP criado- 5801 00467.500-9-Bloco B	x	x	x	R\$ 1.384.589	R\$ 361.193	R\$ 1.745.782		
				Novo RIP criado - 5801 00468.500-4-Bloco C	x	x	x	R\$ 1.219.265	R\$ 316.228	R\$ 1.535.492		
				Novo RIP criado - 5801 00469.500-0-Edificação Administração	x	x	x	R\$ 454.641	R\$ 117.957	R\$ 572.598		
				Novo RIP criado - 5801 00470.500-5-Edificação Laboratório	x	x	x	R\$ 165.324	R\$ 42.647	R\$ 207.971		
Valor Total para o campus IEAR Retiro					R\$ 7.342.497	R\$ 3.671.249	R\$ 11.013.746	R\$ 20.666	R\$ 4.573.593	R\$ 25.239.093		
Niterói-RJ	Rua São João Batista, s/n, Centro	Instituto Anatômico	5865 00107.500-7	RIP existente - 5865 00056.500-0 - Instituto Biomédico - Bloco C - Salas de Aula - Anatômico	R\$ 1.947.687	R\$ 7.690.891	R\$ 9.638.577	R\$ 1.824.538	R\$ 2.198.430	R\$ 4.022.968	R\$ 1.302.215	Reavaliação Rigorosa com inclusão de 01 (um) RIP imóvel
				Novo RIP criado - 5865 00319.500-0 - Bloco D - Departamento de Morfologia - Anatômico				R\$ 3.106.645	R\$ 3.811.179	R\$ 6.917.825		
Valor Total para o Instituto Anatômico					R\$ 1.947.687	R\$ 7.690.891	R\$ 9.638.577	R\$ 4.931.183	R\$ 6.009.610	R\$ 10.940.792		

Volta Redonda-RJ	Rua Desembargador Hellis Emidio Figueira, nº 783, Aterrado, Volta Redonda-RJ	Campus Aterrado Volta Redonda	5925 00052.500-6	5925 00053.500-1 – Bloco A	R\$ 8.198.006	R\$ 12.426.300	R\$ 20.624.306	R\$ 8.385.030	R\$ 15.761.368	R\$ 24.146.398	R\$ 14.476.475	Reavaliação rigorosa: Inclusão de construção de quadra descoberta referente ao Contrato nº 05/2021, Processo SEI 23069.160271_2020_86.
				5925 00084.500-0 – Bloco B	R\$ 8.198.006	R\$ 12.426.300	R\$ 20.624.306	R\$ 8.385.030	R\$ 15.761.368	R\$ 24.146.398		
				5925 00085.500-6 – Bloco C	R\$ 8.198.006	R\$ 12.426.300	R\$ 20.624.306	R\$ 8.385.030	R\$ 15.761.368	R\$ 24.146.398		
				5925 00086.500-1 – Guarita	R\$ 19.017	R\$ 23.528	R\$ 42.545	R\$ 19.128	R\$ 28.793	R\$ 47.921		
				5925 00087.500-7 – Subestação	R\$ 65.613	R\$ 81.171	R\$ 146.785	R\$ 65.508	R\$ 99.334	R\$ 164.842		

				5925 – Quadra Descoberta – incluído nesta reavaliação	x	x	x	R\$ 963.492	R\$ 923.277	R\$ 1.886.770		
Valor total para o Campus do Aterrado Volta Redonda					R\$ 24.678.650	R\$ 37.383.600	R\$ 60.062.251	R\$ 26.203.219	R\$ 48.335.507	R\$ 74.538.726		
Niterói-RJ	Rua Dr. Celestino, nº 74, Centro, Niterói-RJ	Antigo ACIAC	5865 00103.500-5	RIP existente – 5865 00026.500-7 - UMEI Rosalda Paim	R\$ 1.918.851	R\$ 1.972.054	R\$ 3.890.905	R\$ 1.704.922	R\$ 1.995.403	R\$ 3.700.325	R\$ 2.617.014	Reavaliação Rigorosa com inclusão de 02 (dois) RIPs imóvel
				Novo RIP criado – 5865. 00320.500-5 – Quadra coberta				R\$ 1.437.483	R\$ 982.545	R\$ 2.420.028		
				Novo RIP criado – 5865. 00321.500-0 Cantina e escola da quadra coberta				R\$ 200.579	R\$ 186.987	R\$ 387.566		
Valor Total para o Antigo ACIAC					R\$ 1.918.851	R\$ 1.972.054	R\$ 3.890.905	R\$ 3.342.984	R\$ 3.164.935	R\$ 6.507.918		

Niterói-RJ	Rua Passos da Pátria, nº 156, São Domingos Niterói-RJ	Escolas de Engenharia e Arquitetura – Campus da Praia Vermelha	5865 00113.500-6	Novo RIP criado – 5865 00322.500-6 – Fração de terreno adjacente à Escola de Arquitetura e Urbanismo – No Campus da Praia Vermelha	x	x	x	R\$ 32.520.047	x	R\$ 32.520.047	R\$ 32.520.047	
------------	---	--	---------------------	---	---	---	---	----------------	---	----------------	----------------	--